



**OXFAM**

ESTRATÉGIA DA OXFAM EM ÁFRICA  
2025 - 2030

# UMA ÁFRICA SEM DESIGUALDADES

ANCORADA NO CONCEITO UBUNTU  
("EU SOU PORQUE NÓS SOMOS")



Crédito: Eyeris Comunicações/Oxfam

# CONTENTS

<b>Prefácio</b> .....	<b>4</b>
<b>Síntese</b> .....	<b>5</b>
<b>1.0 Introdução</b> .....	<b>6</b>
<b>2.0 Quem somos e o que somos chamados a ser</b> .....	<b>8</b>
<b>3.0 África – o estado do nosso continente</b> .....	<b>10</b>
<b>3.1 Crescimento económico que deixou a população para trás</b> .....	<b>12</b>
<b>3.2 Governação em África – tendências preocupantes</b> .....	<b>14</b>
A Agenda 2063 da União Africana – esperança para África	
Democracia e espaço cívico – retrocessos perigosos	
Migrações – pressão misturada com oportunidades	
Direitos digitais	
Os serviços públicos no centro das desigualdades	
<b>3.3 Vulnerabilidades e conflitos que prejudicam o progresso</b> .....	<b>17</b>
Conflitos	
Vulnerabilidade climática	
Falta de investimento na agricultura	
<b>3.4 As violações dos direitos das mulheres e a injustiça de género continuam a bloquear o progresso</b> .....	<b>19</b>
<b>4.0 O poder de mudar (análise de poder)</b> .....	<b>20</b>
Intervenientes globais	
Economias justas	
Governação responsável e inclusiva	
Justiça climática	
Justiça de género	
Ação humanitária	
<b>5.0 Objetivos da Oxfam em África</b> .....	<b>25</b>
A a nossa visão	
A nossa missão	
Os nossos valores	
O nosso propósito	
A nossa abordagem	
<b>6.0 Como ocorrerá a mudança (a nossa teoria da mudança)</b> .....	<b>28</b>
<b>7.0 O que faremos (os nossos cinco pilares)</b> .....	<b>30</b>
<b>7.1 Economias justas</b> .....	<b>32</b>
Áreas de foco	
Como será o sucesso em 2030?	

<b>7.2 Governação responsável e inclusiva</b> .....	<b>35</b>
Áreas de foco	
Como será o sucesso em 2030?	
<b>7.3 Justiça climática</b> .....	<b>39</b>
Áreas de foco	
Como será o sucesso em 2030?	
<b>7.4 Justiça de género</b> .....	<b>43</b>
Áreas de foco	
Como será o sucesso em 2030?	
<b>7.5 Ação humanitária</b> .....	<b>46</b>
Áreas de foco	
Como será o sucesso em 2030?	
<b>7.6 Lentes transversais</b> .....	<b>50</b>
Descolonização	
Abordagem feminista	
Respeito pelos direitos digitais	
Poder popular	
Pensar e agir local e globalmente	
Abordagem sistémica	
Implementação da estratégia	
<b>8.0 Implicações desta estratégia para a Oxfam em África</b> .....	<b>53</b>
Reformar as nossas formas de trabalhar	
Sistemas e processos	
Pessoas da Oxfam	
Captação de recursos	
Estratégia de campanha	
<b>9.0 Gestão de riscos</b> .....	<b>56</b>
<b>Conclusão</b> .....	<b>58</b>
<b>Notas</b> .....	<b>60</b>

# PREFÁCIO

Eis a visão estratégica da Oxfam em África para 2025–2030, “Uma África sem Desigualdades”, assente num profundo sentido de responsabilidade. Esta estratégia, desenvolvida coletivamente e firmemente enraizada nos ideais do *Ubuntu* (“Eu sou porque nós somos”), é um compromisso radical em fazer face às causas na base das desigualdades no continente.

Apesar da sua vitalidade e potencial, o nosso continente enfrenta muitos obstáculos. Entre estes, estão os fenómenos meteorológicos extremos, a marginalização das mulheres e jovens, as desigualdades persistentes e a governação inadequada – todos agravados tanto pelos legados históricos como pelas dinâmicas contemporâneas. O facto de os seis bilionários africanos mais ricos possuírem mais riqueza do que metade da população do continente<sup>1</sup> evidencia o quão urgente é a nossa missão.

Aquando da publicação desta estratégia, o mundo e o continente africano encontram-se numa encruzilhada, pautada por diversas oportunidades e diversos desafios. A Oxfam em África está empenhada em cumprir o seu papel legítimo de promover mudanças transformadoras nestes anos cruciais. Continuamos a desafiar as dinâmicas de poder, a promover economias justas, a exigir uma governação responsável e inclusiva, a defender a justiça de género e a justiça climática e a trabalhar com os parceiros para implementar ações humanitárias eficientes e localizadas. A nossa abordagem está alinhada com o Quadro Estratégico Global da Oxfam 2020–2030 (*Oxfam Global Strategic Framework 2020–2030*) e a Agenda 2063 da União Africana, que promovem o progresso social, a inclusão e a sustentabilidade na trajetória de desenvolvimento do continente.

O filósofo político afro-caribenho Franz Fanon escreveu: “Cada geração deve, da obscuridade relativa, descobrir a sua missão, cumpri-la ou traí-la”.<sup>2</sup> A nossa estratégia é uma tentativa de identificar e fazer face aos desafios que enfrentamos e de fazê-lo como um grupo, garantindo, em simultâneo, que a equipa da Oxfam em África, os nossos parceiros, os nossos aliados e a Confederação Oxfam põem as suas capacidades em prática para facilitar soluções transformadoras.

A nossa abordagem integrada procura alcançar mudanças sistémicas e, como tal, leva-nos a defender sistemas tributários justos, a lutar pela justiça no uso dos recursos naturais, a defender espaços cívicos, a promover a igualdade de género e a eliminar as lacunas no conhecimento sobre as alterações climáticas. É assim que viveremos e trabalharemos de acordo com o princípio do *Ubuntu*, a abordagem do esforço coletivo. Enfatizamos a necessidade da nossa estratégia ser radical – um termo que vem do latim *radix*, ou “raiz”. Ser radical é ir além do tratamento dos sintomas; é ir ao cerne, ou à verdadeira raiz, do problema; não atacar apenas os sintomas. As soluções superficiais não resolvem os desafios enfrentados pelos cidadãos africanos. Neste continente, que lida tanto com o legado histórico da exploração como com dinâmicas atuais que aprofundam as desigualdades, é necessário encontrar soluções que desmontem as barreiras, já profundamente enraizadas, ao progresso. Esta abordagem radical é fundamental para alcançar mudanças justas e duradouras; também é crucial para remodelar as estruturas sociais e económicas que evitarão injustiças desta natureza no futuro. Esta, na minha opinião, é a única forma de garantir prosperidade partilhada e um desenvolvimento equitativo em África.

Ao iniciar esta jornada, dedicamos os nossos esforços a tornar África um continente justo e equitativo. Esta estratégia é um testemunho da nossa dedicação – é um acordo partilhado que orienta a nossa jornada coletiva em direção a um continente onde as desigualdades ficaram para trás na História. Juntemo-nos para assumir a nossa parte desta tarefa monumental, porque as nossas ações coletivas têm o potencial de contribuir para um futuro de igualdade para todos. Que estejamos à altura dos desafios que enfrentamos.

Fati N’Zi-Hassane

Diretora, Oxfam em África

# SÍNTESE

A estratégia da Oxfam em África (Oxfam in Africa, OiA), está alicerçada na colaboração entre todos os intervenientes do continente, facilitada pela Plataforma África (Africa Platform). A África, um continente de enorme potencial e população jovem, enfrenta desafios persistentes, entre os quais as desigualdades, a marginalização pelo género e da juventude, as alterações climáticas e a fraca governação. Estes desafios são exacerbados por legados históricos e influências externas.

O crescimento económico em África é desigual, com a agricultura a desempenhar um papel fundamental, apesar da vulnerabilidade às alterações climáticas e à comercialização. O aumento do endividamento agrava os desafios económicos, exigindo soluções sustentáveis. A injustiça em matéria de género continua generalizada, alicerçada em estruturas patriarcais e modelos económicos neoliberais. Apesar dos quadros legais, a violência de género persiste, dificultando o alcance de direitos iguais para as mulheres e o progresso socioeconómico. E apesar do crescimento económico, África continua a ser a segunda região do mundo com maiores níveis de desigualdade, com índices significativos de pobreza e vulnerabilidade.

Para enfrentar estes desafios, são necessárias mudanças transformadoras nas dinâmicas de poder. A OiA compromete-se a liderar esforços para desafiar as desigualdades, promover o crescimento inclusivo e capacitar as comunidades africanas para um futuro próspero e equitativo. A Agenda 2063 da União Africana serve como o roteiro do continente para a transformação, com foco no desenvolvimento inclusivo e sustentável. A OiA colaborará com os parceiros para promover o multilateralismo e para alcançar e fortalecer a democracia constitucional, a proteção dos direitos económicos, a dignidade das mulheres e raparigas, a resiliência climática e a resolução de conflitos até 2030.

A OiA adota o princípio *Ubuntu* (“Eu sou porque nós somos”) e promove a colaboração entre os diversos intervenientes, incluindo gabinetes nacionais, clusters regionais e afiliadas africanas. A pandemia da COVID-19 e a transformação digital levaram a OiA a repensar os limites tradicionais e a inovar ao nível das abordagens. O plano estratégico da OiA descreve uma visão ousada para combater as desigualdades e promover a justiça no continente nos próximos seis anos. Focando-nos em parcerias colaborativas e mudanças sistémicas, pretendemos abordar os principais pilares das economias justas, da governação responsável e inclusiva, da justiça climática, da justiça de género e da ação humanitária para aplicar as lentes transversais da descolonização, do feminismo, dos direitos digitais e das dinâmicas de poder, garantindo, em simultâneo, parcerias equitativas, desafiando as estruturas patriarcais, defendendo o acesso digital e empoderando as comunidades marginalizadas.

No pilar das economias justas, defenderemos sistemas tributários justos, a soberania alimentar e a justiça no uso dos recursos naturais, visando a redução do peso da dívida, cadeias de valor agrícolas inclusivas e a partilha equitativa das receitas. Os esforços em matéria de governação responsável e inclusiva terão como objetivo defender espaços cívicos, promover serviços públicos e capacitar os jovens e os movimentos sociais para uma maior transparência e envolvimento dos cidadãos. No pilar da justiça climática, a OiA procura colmatar as lacunas ao nível do conhecimento, influenciar mudanças políticas, promover a resiliência local e defender a igualdade e o financiamento de ações de combate às alterações climáticas. As iniciativas no âmbito do pilar da justiça de género dão prioridade ao combate à violência de género e à promoção da liderança feminista, da justiça económica e da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos. A ação humanitária adota uma abordagem de “triplo nexo” que integra esforços humanitários, de desenvolvimento e de construção da paz, ao mesmo tempo que enfatiza uma resposta e preparação eficazes e que vincula intervenções de curto prazo com um impacto a longo prazo.

O sucesso até 2030 assenta em indicadores concretos, como a reforma tributária internacional, a redução do peso da dívida, o aumento do investimento em serviços públicos, as mudanças nas políticas sobre a justiça climática, os avanços na igualdade de género e a ação humanitária transformadora. Estas metas exigem mudanças sistémicas, parcerias inclusivas e o compromisso de fazer face às estruturas de poder cimentadas. Para implementar esta estratégia e alcançar as suas metas ambiciosas, serão necessários ajustes e mudanças organizacionais, que assentarão no trabalho já feito, ampliando, simplificando e solidificando, ao mesmo tempo, os esforços em todas as áreas de operação. A OiA está preparada para ser uma força motriz em prol da justiça e da igualdade, que promove mudanças e empoderamento sustentáveis em todo o continente.



# 1.0

## INTRODUÇÃO



A estratégia da Oxfam em África (OiA) envolve a colaboração de todos os intervenientes da Oxfam no continente, facilitada pela Plataforma África. A eficácia da OiA na implementação desta estratégia reside na nossa abordagem diversificada, que alavanca os pontos fortes e as vantagens de várias entidades africanas para alcançar o máximo impacto. Apesar de ser o segundo maior continente do mundo, não só em dimensão como em densidade populacional, o potencial de África ainda está em larga parte por explorar. Com 40% da população com menos de 15 anos,<sup>3</sup> conta também com a população mais jovem do mundo. No entanto, apesar deste vasto potencial, África ainda acolhe uma parte substancial dos indivíduos mais pobres do mundo.

Apesar de duas décadas de crescimento económico, a questão das desigualdades continua seriamente pendente, como demonstra o facto de que “os seis bilionários africanos mais ricos são mais ricos do que os 50% mais pobres de África juntos”<sup>4</sup> O progresso de África depende da sua capacidade de lidar com diversas tendências negativas que impedem o seu desenvolvimento, incluindo a instabilidade política, a dívida crescente, a marginalização em matéria de género e da juventude, as alterações climáticas, os desafios e custos associados à transição energética, as desigualdades crescentes e a governação fraca.

No entanto, uma África sem desigualdades é possível; também representa uma escolha deliberada. A União Africana (UA) posiciona a sua Agenda 2063 como um roteiro para transformar África numa potência global. A Agenda 2063 é o quadro estratégico para o continente, que visa alcançar o desenvolvimento inclusivo e sustentável, bem como a unidade e o bem-estar. Incorpora a visão pan-africana de “um continente de cidadãos livres e horizontes ampliados onde o pleno potencial da mulher e da juventude, rapazes e raparigas, sejam realizados e livres do medo, da doença e da pobreza”.<sup>5</sup> A concretização da mudança em África depende do alcance de uma governação responsável e inclusiva, de um crescimento inteligente em termos climáticos, de estabilidade política e social e da garantia de liberdade e dignidade para mulheres e raparigas. A OiA está firmemente convicta de que os povos de África são agentes-chave de mudança e está empenhada em apoiar os seus esforços e em criar plataformas para que as suas vozes ressoem em todo o mundo.

Através desta estratégia, a OiA compromete-se a colaborar com os parceiros e a manter o nosso compromisso de apelar a uma governação responsável, à justiça económica, à justiça racial, à justiça de género, à justiça climática e à descolonização, abrindo o caminho necessário em África. Até 2030, a OiA, em colaboração com os nossos parceiros e a população africana, compromete-se a:

- Promover e apoiar o multilateralismo e a democracia constitucional em toda a África.
- Proteger os direitos dos cidadãos, incluindo os direitos económicos e o direito à responsabilização das suas instituições e funcionários públicos.
- Garantir dignidade para as mulheres e raparigas.
- Abordar e mitigar os riscos climáticos enfrentados por África.
- Adotar uma abordagem às crises, ao carácter sensível dos conflitos e à resolução de conflitos que aborde as causas na raiz e que capacite as pessoas e as comunidades afetadas para assumir a liderança da situação.



**2.0**

**QUEM SOMOS E O QUE  
SOMOS CHAMADOS A  
SER**



A Oxfam em África adota o princípio africano do *Ubuntu* (“Eu sou porque nós somos”) com entusiasmo e propósito. Este princípio reforça a importância da comunidade em relação às perspectivas individuais e dá prioridade ao bem-estar das gerações futuras juntamente com o dos cidadãos atuais. Como reconhecemos que a ação coletiva produz um impacto maior e mais significativo, estamos totalmente comprometidos com a ideia da OiA.

O nosso acolhimento estende-se a todos os intervenientes da Oxfam no continente, incluindo os vários formatos de gabinetes nacionais, os clusters regionais, como Sul de África e Norte da África,<sup>6</sup> o serviço de ligação da UA em Addis e as afiliadas, como a Oxfam África do Sul, bem como as futuras afiliadas africanas.<sup>7</sup> A Plataforma África atua como uma estrutura regional de gestão e coordenação, que apoia a colaboração destas entidades, alinhando-se com as operações da Oxfam em África.

Através de um envolvimento mais intencional e mais próximo com diversos parceiros, a OiA visa aumentar a sua legitimidade, credibilidade e fiabilidade como parceira e aliada. Estamos empenhados em incorporar princípios feministas na nossa abordagem e em descolonizar as nossas práticas de trabalho e formas de trabalhar.

Os desafios impostos pela pandemia da COVID-19 levaram-nos a repensar e a cocriar além das fronteiras geopolíticas e linguísticas tradicionais. A revolução da transformação digital também apresenta oportunidades de inovação. A OiA, em linha com o ambicioso Quadro Estratégico Global da Oxfam e com as decisões do modelo Oxfam 2030, está capacitada para fazer propostas ousadas sobre as operações da organização ao nível nacional. Acreditamos que chegou a hora de a Oxfam honrar os compromissos que assumiu em apelar à justiça racial, à justiça de género, à justiça económica, à governação responsável e inclusiva, à justiça climática e à descolonização, desbravando o caminho em África. Estamos, e continuaremos a estar, extramente conscientes da necessidade de desconstruir e romper com as atitudes e práticas coloniais e patriarcais, não só na forma como nos organizamos e como trabalhamos com os outros, mas também no que fazemos.

É imperativo organizar o trabalho da Oxfam sob uma só voz em África, embora assente numa estrutura de engajamento adequada para apoiar o nosso trabalho com os governos africanos, as Comunidades Económicas Regionais (CER) e a UA, seguindo o princípio da subsidiariedade.<sup>8</sup> Também é um pedido da sociedade civil africana e está alinhado com a forma como África exige que as organizações não governamentais internacionais (ONGI), como a Oxfam, permaneçam relevantes.



Ibado faz a sua ronda diária de visita aos deslocados internos num campo perto de Oog. Ibado (vestida de roxo, com óculos) mora na vila de Oog, perto de Burao, na Somalilândia. Ajuda os deslocados internos vítimas da atual seca no Corno de África. Crédito: Petterik Wiggers/Oxfam



**3.0**

**ÁFRICA – 0**

**ESTADO DO NOSSO  
CONTINENTE**



Com a população mais jovem e em rápida expansão do mundo, que deverá atingir 2,5 mil milhões de indivíduos até 2050,<sup>9</sup> África oferece oportunidades abundantes para um crescimento robusto e inclusivo. No entanto, apesar deste vasto potencial, é em África que está parte substancial da população mundial que vive na pobreza; aliados a esta realidade, estão os índices crescentes de desigualdades e marginalização.

Em 2020, 571 milhões de africanos viviam em situação de pobreza multidimensional,<sup>10</sup> prevendo-se que, até 2030, 88% dos indivíduos empobrecidos do mundo estejam em África,<sup>11</sup> bem como 19,8% da população jovem do mundo.<sup>12</sup> Dados da Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA) revelam que estes desafios foram agravados pela pandemia da COVID-19, que empurrou quase 55 milhões de africanos para a pobreza extrema em 2020.<sup>13</sup> Este revés reverteu mais de 20 anos de progresso na redução da pobreza em todo o continente. É fundamental reconhecer a pobreza como uma questão complexa, influenciada por vários fatores sociais, políticos e históricos. Como tal, as abordagens para fazer face à pobreza no continente devem incluir os estados africanos, bem como os parceiros locais e internacionais.



Patinadores dançam na marcha sobre as alterações climáticas em 13 de Outubro de 2022 em Maryland, estado de Lagos, Nigéria. Crédito: Taiwo Aina/ Oxfam

## 3.1 CRESCIMENTO ECONÓMICO QUE DEIXOU A POPULAÇÃO PARA TRÁS

A desigualdade de rendimentos e a dinâmica da pobreza em África são significativamente influenciadas pela natureza do crescimento económico. Embora a expansão económica tenha o potencial de aliviar a pobreza, o seu impacto na distribuição de rendimentos varia. A rápida urbanização é uma tendência notável, estando a população urbana a crescer mais rápido do que a população geral; esta questão merece uma análise detalhada em matéria de pobreza e vulnerabilidade. Apesar desta tendência de urbanização, metade da população africana, e particularmente quem vive na pobreza, ainda trabalha no sector agrícola. Como tal, continua a ser fundamental reforçar o sector agrícola, tanto para o crescimento económico como para a redução da pobreza. Além disso, o substancial sector informal africano, que segundo a Organização Internacional do Trabalho representa 85,8% do emprego,<sup>14</sup> apresenta oportunidades de desenvolvimento económico e emprego, particularmente para grupos marginalizados, como comunidades indígenas, mulheres e jovens.

Dos 54 países de África, 28 dependem das indústrias extrativas, sendo que o petróleo, gás, carvão e produtos de mineração representam entre 60% e 99,9% das suas exportações totais de mercadorias.<sup>15</sup> Como tal, as indústrias extrativas desempenham um papel central na justiça económica em África, porque têm o potencial de gerar receitas para reduzir as desigualdades, para financiar serviços sociais, para criar emprego e para apoiar os meios de subsistência. No entanto, a abundância de recursos naturais em África também levanta preocupações sobre a fraca governação, fluxos financeiros ilícitos e conflitos em matéria de atribuição de recursos. Infelizmente, estes desafios contribuíram para o colapso dos mecanismos e estruturas democráticas, dando origem a conflitos em todo o continente. Ao abordar as desigualdades económicas, a OiA reconhece a importância de integrar a consideração da natureza sensível dos conflitos na sua estratégia. As abordagens que têm em conta as situações de conflito garantem que as intervenções humanitárias e de desenvolvimento minimizam os danos, contribuem para abordar as causas na raiz da instabilidade e ajudam a promover a paz.

Além disso, as economias africanas foram afetadas pelos legados do domínio colonial e por um sistema financeiro internacional influenciado por ideias neoliberais. Isto levou à desregulamentação das economias africanas, à exposição dos mercados à concorrência desigual e à redução das infraestruturas sociais dos estados através de medidas de austeridade e privatização. É fundamental abordar estas questões sistémicas para promover a justiça económica e o crescimento inclusivo em África.

As economias e sociedades africanas continuam a depender fortemente da agricultura; estima-se que os 33 milhões de pequenas explorações agrícolas do continente sejam fundamentais não só para a produção de alimentos, mas também para a subsistência de muitos africanos cujo trabalho está ligado à agricultura.<sup>16</sup> Nos últimos anos, o sector tem demonstrado sinais promissores de progresso, com um aumento de 13% da produtividade agrícola em média a cada ano entre 2015 e 2020.<sup>17</sup> Na maioria dos países africanos, a agricultura enfrenta muitas dificuldades, como métodos de baixa tecnologia obsoletos e a dependência da agricultura de sequeiro, o que a torna particularmente sensível aos impactos das alterações climáticas. Além disso, a comercialização excessiva dos sistemas alimentares põe em risco a soberania alimentar de muitos países. Esta situação torna os pequenos agricultores e os sistemas de produção de alimentos excepcionalmente vulneráveis. Não será possível concretizar a aspiração de África de se tornar um continente integrado, próspero e pacífico se os pequenos agricultores continuarem a ser negligenciados e se os sistemas alimentares continuarem a ser comercializados em excesso.

África enfrenta desafios significativos devido aos seus baixos níveis de industrialização e criação de valor. O continente padece de baixos índices de alfabetização, infraestruturas desadaptadas às necessidades

e de acesso limitado à energia, o que dificulta a sua participação na economia global e prejudica a sua capacidade de capitalizar os avanços da “Quarta Revolução Industrial”. Com outras regiões a beneficiar da emergência da inteligência artificial e das tecnologias digitais, a África corre o risco de ficar ainda mais para trás. A falta de adoção de novas tecnologias e inovações agrava as disparidades económicas entre o continente e outras regiões, com África a lutar para se integrar na economia global assente no conhecimento. Se não houver investimentos substanciais na educação, nas infraestruturas e na tecnologia, África continuará a ter dificuldade em alcançar um crescimento económico e desenvolvimento sustentáveis.

De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), “a relação média da dívida na África Subsaariana quase duplicou em apenas uma década – de 30% do PIB no final de 2013 para quase 60% do PIB no final de 2022”, e “o rácio entre os pagamentos de juros e as receitas da região mais do que duplicou desde o início da década de 2010 e é agora quase quatro vezes o rácio nas economias avançadas”.<sup>18</sup> A subida das taxas de juros está a aumentar as despesas, consumindo uma maior parte dos orçamentos dos governos, que poderiam ser atribuídos a serviços sociais fundamentais, como a saúde, a educação, a proteção social, a água e infraestruturas. Estes padrões não são viáveis a longo prazo, suscitando preocupações sobre uma crise da dívida iminente, que paira sobre vários países do continente.



Amadou Maina, 50 anos, é da província do Lago, no Chade. Este extrator de natrão tem assistido, impotente, ao avanço do deserto, que ao longo dos anos tem vindo a consumir o seu local de extração de natrão. *Crédito: Liga Nassandou/ Oxfam*

## 3.2 GOVERNAÇÃO EM ÁFRICA – TENDÊNCIAS PREOCUPANTES

É fundamental haver uma governação responsável e inclusiva para fazer face aos diversos desafios sociais, políticos e económicos que o continente africano enfrenta. Estes desafios incluem tentativas de golpe de estado, restrições ao nível dos espaços cívicos e da liberdade de imprensa, violações dos direitos humanos, negligência dos serviços sociais públicos, repressão de protestos públicos, oposição oficial aos sindicatos e às organizações humanitárias, bem como a corrupção generalizada. Em muitos países africanos, a relação histórica entre o Estado e a sociedade tem sido caracterizada pela fraqueza decorrente do legado do colonialismo. Durante a era colonial e o período subsequente da Guerra Fria, os estados africanos foram amplamente definidos pelas potências do Norte Global, que deram prioridade às relações diplomáticas em detrimento de um envolvimento significativo com os cidadãos.

A dissolução do Bloco Soviético em 1991 criou novas oportunidades para os cidadãos africanos e os movimentos da sociedade civil interagirem com os seus governos. Nas últimas três décadas, houve uma proliferação de organizações da sociedade civil, destacando-se a emergência do movimento das mulheres como particularmente influente. Apesar deste progresso, são inúmeros os desafios que persistem e os casos de regressão são evidentes. Estes desafios incluem uma população jovem em crescimento que enfrenta uma marginalização generalizada, bem como desigualdades persistentes, o que dificulta os esforços para alcançar melhorias ao nível da governação.

### **A Agenda 2063 da União Africana – esperança para África**

Nos últimos anos, os países africanos têm procurado fortalecer a sua agência coletiva como União Africana (UA), estando as suas aspirações atualmente definidas na Agenda 2063 da UA. Este é o projeto estratégico para o continente, que visa um crescimento inclusivo e sustentável, aliado à unidade e prosperidade. Representa o sonho pan-africano de um continente onde os cidadãos vivem em liberdade, com horizontes ampliados, onde o pleno potencial da mulher e da juventude é realizado, numa sociedade livre do medo, da doença e da pobreza. A Agenda 2063 representa uma mudança significativa de direção para o continente e uma sólida pedra angular para interagir com os intervenientes africanos, tanto interna quanto externamente. As Comunidades Económicas Regionais (CER) continuam a atuar como componentes fundamentais da UA no estabelecimento de pontes com os seus cidadãos. A integração regional de África é fundamental para promover os objetivos de desenvolvimento do continente, uma vez que facilita a concepção e implementação de soluções regionais para os desafios nacionais, ultrapassando as restrições em termos de recursos e capacidades limitados ao nível nacional. O projeto pan-africano visa desenvolver a integração sub-regional através da CER, que atuam como blocos de construção essenciais neste processo. O envolvimento das organizações da sociedade civil africana é fundamental para reforçar as CER, porque estas garantem a participação significativa e o apoio dos cidadãos nas suas empreitadas estratégicas, assegurando que estas estratégias são não só representativas, mas também eficazes a atender às aspirações do povo africano.

### **Democracia e espaço cívico – retrocessos perigosos**

Há desafios complexos ao estabelecimento de uma democracia genuína em África.

A maioria das nações da África Subsaariana foi criada nos alicerces de um sistema colonial e explorador, que deu origem a estruturas demasiado frágeis para sustentar a democracia liberal. O cenário político complicou-se ainda mais com a manipulação das divisões religiosas e étnicas, por vezes criadas

artificialmente, em benefício de um pequeno grupo de líderes políticos.

Muitos regimes autoritários e semiautoritários em África, num esforço para parecerem democráticos e ganharem legitimidade internacional, adotaram fachadas democráticas. Realizam eleições, que são frequentemente manipuladas, e professam a adesão à separação de poderes e aos limites dos mandatos presidenciais, embora planeiem frequentemente “golpes constitucionais” para contornar estes limites.

No meio da deterioração global do espaço cívico, África não é exceção. Os defensores dos direitos humanos e os ativistas da sociedade civil correm riscos significativos, que incluem a prisão ou até a morte. Dados do Civicus Monitor indicam que 28% da população mundial sofre níveis extremos de repressão, com muitos jornalistas a lidar com assédio e ataques físicos, especialmente quando cobrem protestos.<sup>19</sup> Apesar destes desafios, a população africana continua a apoiar fortemente a democracia, como demonstram as sondagens do Afrobarómetro: num abrangente estudo levado a cabo em 34 países africanos, a instituição revela que uma maioria significativa, 68%, expressa uma preferência pela democracia em detrimento de qualquer outra forma de governação.<sup>20</sup>

## Migrações – pressão misturada com oportunidades

A instabilidade política, as disparidades económicas e as questões ambientais em África intensificaram a crise migratória e de refugiados, tornando-a uma preocupação humanitária central. No entanto, a UA afirma que África representa 14% da população migrante global, em comparação, por exemplo, com 41% da Ásia e 24% da Europa.<sup>21</sup> Embora reconheçamos as sérias implicações humanitárias de certos fluxos migratórios, também há um lado positivo nas migrações tanto dentro de África, como de África para outros locais. O lado positivo reside na transferência de competências dentro de África que apoiam o crescimento e nas remessas que promovem investimentos em África, bem como em ajuda para ações humanitárias e desenvolvimento. Os fluxos de remessas para África duplicaram na última década, atingindo 100 mil milhões de USD em 2022, ultrapassando os fundos recebidos através da Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD) e do Investimento Estrangeiro Direto (IED).<sup>22</sup>

A questão das migrações está profundamente enraizada nos direitos humanos e ligada ao Protocolo da UA sobre a Livre Circulação de Pessoas em África. Este protocolo defende o direito dos indivíduos a circular livremente pelo continente, ressaltando a importância de rotas migratórias legais e seguras para a defesa da dignidade e dos direitos humanos. Ao facilitar estas rotas, o protocolo visa não só mitigar os riscos das migrações irregulares, mas também ampliar os contributos positivos das migrações para o desenvolvimento socioeconómico dos países de origem e de acolhimento no continente.

## Direitos digitais

O cenário digital em África está em crescimento. Espera-se que o número de assinantes móveis exclusivos aumente de 489 milhões (43%) em 2022 para 692 milhões (50%) até 2030.<sup>23</sup> África tem a população mais jovem do mundo, com 70% da população da África Subsaariana com menos de 30 anos de idade.<sup>24</sup> Isto representa um enorme potencial para a África reduzir as desigualdades e facilitar o acesso a serviços essenciais. O potencial económico do continente pode expandir-se significativamente, desde que a crescente demografia jovem possua as ferramentas e oportunidades necessárias.

Os jovens africanos têm tirado proveito da Internet e das redes sociais para se tornarem politicamente ativos. No entanto, ainda há grandes preocupações quanto à transferência das desigualdades offline para o contexto online através de leis e regulamentos regressivos; há barreiras persistentes à adoção da Internet móvel em países como o Benim, Chade e República Democrática do Congo, onde os níveis de penetração da Internet móvel estão abaixo de 15%. Questões como a proteção de dados, privacidade, segurança, cyberbullying, assédio online, ataques cibernéticos, paralisações da Internet mandatadas pelo

governo e a crescente divisão digital entre os géneros exigem atenção imediata. A prevalência da violência online, particularmente contra mulheres e raparigas, reflete e amplia as questões sociais, com 38% das mulheres em todo o mundo relatando experiências pessoais de violência online.<sup>25</sup> Isso põe em evidência a necessidade urgente de abordar as preocupações com a segurança digital para criar um ambiente online mais inclusivo e seguro.

## Os serviços públicos no centro das desigualdades

Em 2022, os governos da África Subsaariana investiram uma média de 3,22% do PIB em educação, um declínio em relação ao nível de 2013 (3,69%).<sup>26</sup> Esta tendência contribuiu para uma deterioração dos resultados educacionais, como é evidenciado pelo aumento da percentagem de jovens não envolvidos na educação, no emprego ou formação. No Mali, este número aumentou de 13,47% dos jovens, em 2010, para 30,86%, em 2020, enquanto no Zimbábue aumentou de 17,26%, em 2011, para 30,43%, em 2021, indicando um retrocesso significativo no desenvolvimento e envolvimento dos jovens.<sup>27</sup> As limitações dos sistemas educacionais africanos, juntamente com os desafios no acesso à saúde e no fornecimento de água potável, revelam um fracasso mais amplo na abordagem às desigualdades e na concretização dos dividendos democráticos prometidos. Este défice, evidente seis décadas depois de muitos países africanos terem retornado ao regime constitucional, inclui lacunas na proteção social, no emprego, na distribuição justa dos benefícios do crescimento económico e no Estado de direito, minando assim a confiança pública no processo democrático. É imperativo abordar estas deficiências ao nível da governação de forma abrangente, incluindo a política, economia e sociedade. Isto será fundamental para concretizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, a visão delineada na Agenda 2063 da UA e os objetivos da Área de Livre Comércio Continental Africana. Ao enfrentar estes desafios, África pode emergir na vanguarda do avanço global.



Patience (36) contempla mudar de vida para fazer face à crise do custo de vida. Patience é enfermeira no Hospital Universitário Korle Bu de Gana e mal consegue sustentar os seus dependentes com o seu salário mensal. *Crédito: Ernest Ankomah / Oxfam*

## 3.3 VULNERABILIDADES E CONFLITOS QUE PREJUDICAM O PROGRESSO

De acordo com o Relatório Global sobre Crises Alimentares de 2020, África abriga alguns dos maiores focos de fome do mundo, representando 54% do número total global de pessoas em crise ou pior.<sup>28</sup> As causas profundas desta fome grave incluem as alterações climáticas, conflitos e falta de investimento público na agricultura, o que agrava a insegurança alimentar em todo o continente.

### Conflitos

No início de 2023, 13% dos países africanos tinham sido palco de golpes de Estado nos dois anos anteriores – um aumento de seis vezes em relação a apenas quatro anos antes.

Estudos demonstram que, desde 1950, houve pelo menos uma tentativa de golpe de Estado em 45 dos 54 países da África.<sup>29</sup> Em particular, o Sahel, a África Central e o Corno de África enfrentaram desafios significativos decorrentes de conflitos políticos, governação frágil e presença de atores não estatais. As persistentes tensões políticas, guerras e conflitos em África têm causado efeitos adversos duradouros no progresso socioeconómico do continente, resultando no deslocamento de milhões de pessoas. Em resposta, a UA implementou várias normas e padrões destinados a promover o multilateralismo, a governação, a democracia e os direitos humanos em toda a região. Um elemento fundamental desta estrutura é a Arquitetura de Governação Africana, criada em 2011 para melhorar a coordenação entre entidades e instituições continentais e sub-regionais, com foco em questões de governação, democracia e direitos humanos.

Enfrentar efetivamente o desafio dos conflitos em África e combater a impunidade associada exigirá esforços coordenados a nível nacional, regional e internacional. Em resposta à crescente instabilidade política e aos conflitos em toda a África, especialmente em regiões como o Sahel, a África Central e o Corno de África, a OiA enfatiza a necessidade de abordagens sensíveis aos conflitos nas suas intervenções. Dada a interação complexa entre tensões políticas, governação fraca e a influência de atores não estatais, a sensibilidade ao conflito deve ser integrada na concepção e implementação humanitárias e de programas. Esta abordagem garante que as iniciativas não agravam inadvertidamente os conflitos, mas contribuem para o desenvolvimento pacífico e sustentável.

### Vulnerabilidade climática

África é o continente mais vulnerável ao clima e tem de suportar riscos sistémicos, apesar de contribuir menos do que outras regiões para a crise climática causada pelo homem. A crise climática é um fenómeno multidimensional, com crescente vulnerabilidade, exposição e impactos sobre as populações, especialmente as mulheres.

Aquando da publicação deste relatório, parece cada vez mais provável que a meta do Acordo de Paris de limitar o aquecimento global a 1,5 grau Celsius não seja cumprida. Como tal, a transformação global do sector energético é fundamental para minimizar o aumento das temperaturas e controlar, tanto quanto possível, os danos associados. A transição energética, por um lado, e a utilização de recursos, por outro, apresentam um panorama complexo de implicações para o desenvolvimento sustentável de África. À medida que o continente enfrenta crescentes necessidades energéticas, a mudança para fontes de energia mais limpas e renováveis é vital para reduzir o impacto ambiental e enfrentar as alterações climáticas. Esta transição apresenta oportunidades e desafios. África possui fontes abundantes de energia

renovável, incluindo solar, hidrelétrica e eólica. Também abriga extensas reservas de minerais necessários para diversas soluções de energia limpa; África possui mais de 40% das reservas mundiais de cobalto, manganês e platina, que são vitais para a produção de baterias e tecnologias de energia de hidrogénio. Isto representa uma oportunidade significativa para aumentar a segurança energética e mitigar as emissões de gases com efeito estufa. No entanto, concretizar esta transição exigirá investimentos substanciais em infraestruturas e tecnologia. É fundamental encontrar um equilíbrio nesta transformação energética para otimizar a utilização dos recursos. Isto é fundamental para que África concretize a sua agenda de crescimento climático inteligente, garantindo acesso justo à energia limpa e prevenindo a pobreza energética entre comunidades marginalizadas.

## Falta de investimento na agricultura

Apesar do papel fundamental que a agricultura desempenha no tecido económico e social de África, o subinvestimento crónico persiste, dificultando gravemente os esforços para aliviar a fome e promover o desenvolvimento sustentável. No seguimento das crises económicas globais e perante uma crescente crise climática, a necessidade de um maior investimento na agricultura nunca foi tão evidente. Dados recentes revelam uma tendência alarmante: a maioria dos governos africanos (48 dos 54) alegadamente atribuiu uma média de apenas 3,8% dos seus orçamentos totais ao sector agrícola em 2021,<sup>30</sup> e quase três quartos dos governos africanos reduziram os seus orçamentos agrícolas. Isto não só fica aquém da meta de 10% de investimento estipulada na Declaração de Malabo, como também contrasta fortemente com os gastos desproporcionalmente mais elevados em armamento militar, que se situam nos 6,4%.<sup>31</sup>

As implicações deste subinvestimento são profundas, especialmente num continente onde 1/5 da população sofre de subnutrição e 30% das crianças sofrem de atraso de crescimento devido à má nutrição.<sup>32</sup>



Comuna de Ouahigouya - Burkina Faso. Aguiratou Ouedraogo é agricultora. Tem 39 anos e é mãe de 7 filhos. Vai buscar água a um poço para regar as suas plantações de hortícolas destinadas ao mercado, com a ajuda de outra agricultora com quem partilha o terreno agrícola *Crédito: Samuel Turpin/ Oxfam*

## 3.4 AS VIOLAÇÕES DOS DIREITOS DAS MULHERES E A INJUSTIÇA DE GÉNERO CONTINUAM A BLOQUEAR O PROGRESSO

Normas conservadoras consolidam o poder dentro de estruturas patriarcais que privilegiam os homens em detrimento das mulheres. Os modelos económicos atuais, que são patriarcais, neoliberais e extrativistas por natureza, dependem da assistência para a subsistência, ao mesmo tempo que a desvalorizam, sabotam e se recusam a reconhecer a assistência como trabalho. Também dão prioridade ao lucro a curto prazo em detrimento das perdas a longo prazo (meio ambiente, assistência, bem-estar), conforme se verificou na pandemia da COVID-19. A maioria das mulheres empregadas em África trabalha no sector informal, que não é contabilizado no PIB e é caracterizado pela insegurança, desigualdades salariais e pouco reconhecimento da sua contribuição financeira para a economia.

Abordar estas desigualdades estruturais é fundamental para garantir a igualdade de direitos das mulheres e a sua plena participação na sociedade. A concretização dos direitos das mulheres requer não só proteções legais, mas também a transformação dos sistemas económicos e sociais que atualmente excluem ou marginalizam as mulheres. Através de mudanças políticas deliberadas e enquadramentos sensíveis ao género, a concretização dos direitos iguais das mulheres tornar-se-á uma pedra angular de esforços mais amplos em direção à justiça social e económica.

Apesar de algumas nações africanas terem, por lei, direitos de género progressivos, a realidade local é frequentemente marcada pela violência de género generalizada e por práticas tradicionais prejudiciais. Muitas mulheres africanas são privadas da capacidade de administrar as suas próprias vidas e de participar do governo, pois não têm acesso a necessidades fundamentais, como educação decente e serviços de saúde, e têm baixo estatuto social. O acesso, a retenção e a conclusão da escolaridade por parte de raparigas e mulheres jovens continua a ser uma grande preocupação em África. Números da UNESCO (2019) mostram que 52 milhões de raparigas não frequentam a escola em África, e quatro milhões de raparigas nunca entraram sequer numa sala de aula, em comparação com dois milhões de rapazes.<sup>33</sup> Este é um grande desafio para África e provavelmente será um obstáculo à concretização das ambições da Agenda 2063, bem como dos ODS. É urgente colmatar esta lacuna. Os resultados do Afrobarómetro de 2023 destacam a natureza complexa da violência de género em África e o quão multifacetado é o desafio de lhe fazer face. O estudo indica que “embora uma parte significativa da população reconheça o problema, há atitudes profundamente cimentadas que permitem a sua continuação, sendo que a criação de um ambiente seguro para raparigas e mulheres exigirá campanhas de educação e de sensibilização, juntamente com quadros jurídicos fortes e agentes da autoridade com a devida formação”.<sup>34</sup> Este reconhecimento por parte da população oferece uma grande oportunidade de parceria com a população africana, incluindo homens e rapazes, para pôr termo à violência de género.

As mulheres não sofreram em silêncio. Têm trabalhado arduamente para conseguirem melhores mecanismos de proteção, inclusive exercendo pressão, com sucesso, por tratados internacionais e pela internalização dos mesmos no continente. Grupos organizados da sociedade civil, que servem diferentes regiões ou todo o continente, exercem um poder considerável e crescente sobre os atores políticos e a população. Ao nível político, e em todo o continente, a UA é uma força motriz positiva da mudança ao nível das normas de género e o Protocolo de Maputo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, adotado pelos Chefes de Estado e de Governo africanos em 2003, que entrou em vigor em 2005, é um importante documento político.



**4.0**

**O PODER DE MUDAR  
(ANÁLISE DE PODER)**



Haverá mudanças sustentáveis em África quando as instituições e os indivíduos que detêm o poder se transformarem a favor da inclusão. Esta secção descreve como é que a OiA irá interagir com os principais detentores de poder no sistema global e com os detentores de poder a vários níveis em relação a cada um dos cinco pilares da estratégia.

## Intervenientes globais

**Os governos doadores, os doadores bilaterais, as ONG internacionais e as agências da ONU** são os detentores de poder dominantes no sistema global, além dos maiores fornecedores oficiais de capital e de assistência ao desenvolvimento ao Sul Global. Estes atores promovem e mantêm o status quo global em matéria de comércio, ajuda e desenvolvimento. As agências e governos do Norte Global, os doadores alternativos e as empresas multinacionais controlam a agenda, determinam para onde fluem os fundos e o comércio e moldam o debate sobre o futuro do Sul Global. *A OiA, juntamente com os seus parceiros, responsabilizarão os atores globais pelo uso deste enorme poder e desafiarão as suas políticas, ações e inação que propagam as desigualdades e o subdesenvolvimento em África.*

## Economias justas

**Governos credores e instituições financeiras internacionais (IFI)** – Os governos credores e as IFI, muitos dos quais ainda são vestígios da era colonial, exercem uma influência significativa sobre a arquitetura financeira global, moldando a agenda de desenvolvimento internacional e controlando o financiamento de ajuda e os empréstimos do Norte Global. As suas ações e políticas têm implicações substanciais para as economias dos países do Mundo da Maioria.<sup>35</sup> Para corrigir os desequilíbrios históricos e garantir um tratamento equitativo, uma das prioridades da OiA será defender reformas substanciais às IFI. O objetivo destas reformas será garantir que estas instituições servem os países do Mundo da Maioria com a mesma eficácia que servem os países do Norte Global. *Os governos credores e as IFI serão alvos importantes para a OiA e para os seus aliados.*

**Comunidades Económicas Regionais<sup>36</sup> e a União Africana** – As Comunidades Económicas Regionais (CER) e a UA desempenham um papel fundamental no desenvolvimento socioeconómico de África através dos seus quadros e decisões estratégicos. Estas entidades moldam políticas e iniciativas que afetam a trajetória económica do continente, com um objetivo declarado de integração regional e desenvolvimento sustentável. A OiA continuará a trabalhar com as CER e a UA, trazendo conclusões de estudos e as perspectivas das comunidades afetadas para os seus processos. Este envolvimento é fundamental para garantir que as vozes das populações são ouvidas e que as suas necessidades são tidas em consideração pelas estruturas e iniciativas estratégicas destas organizações. A OiA também desempenha um papel fundamental no que diz respeito a chamar estes órgãos regionais a prestar contas pelos compromissos que assumiram, garantindo que as decisões tomadas são implementadas de forma eficaz e que realmente beneficiam as populações que devem servir. É fundamental colaborar com as CER e a UA, bem como exercer influência, para dar prioridade e agir em prol do desenvolvimento económico equitativo e do crescimento sustentável. *As CER e a UA serão parceiros e alvos importantes para a OiA e para os seus aliados. Para influenciar as políticas e responsabilizar os seus líderes pelas decisões tomadas, será necessário um envolvimento contínuo por parte da OiA.*

**Governos nacionais e locais** – Embora os governos nacionais e locais cedam algum poder a autoridades superiores no que diz respeito à formulação de políticas, são responsáveis por garantir os direitos económicos dos cidadãos. Para garantir a distribuição equitativa da riqueza e reduzir as desigualdades, é absolutamente necessário defender sistemas tributários progressivos que

garantam um contributo justo por parte dos indivíduos ricos e das grandes empresas para as receitas da nação. *A OiA trabalhará para garantir que as vozes da população são tidas em consideração na formulação das políticas nacionais, promovendo a colaboração e reforçando a responsabilização na implementação de políticas.*

**Empresas** – As grandes empresas detêm um poder considerável para tirar as pessoas da pobreza, mas também estão associadas ao abuso e à destruição do meio ambiente. *A OiA desafiará as empresas a garantir o crescimento sustentável e a repartição justa dos benefícios que daí decorrerão.*

## Governança responsável e inclusiva

**Governos nacionais e locais** – Os governos nacionais continuam a ser os principais detentores de poder em matéria de governação. Tem-se verificado um retrocesso democrático significativo em toda a África. *A OiA irá concentrar-se na construção de processos democráticos e de movimentos fortes que chamam os líderes a prestar contas.*

**Poder judiciário e legislaturas locais** – Os sistemas judiciais independentes são necessários para manter o controlo sobre os poderes executivos e garantir os direitos fundamentais de expressão, opinião, participação e associação, embora o seu poder relativo nos países africanos varie muito. *A OiA pode apoiar movimentos populares na luta por um sistema judicial independente.*

**Sociedade civil e movimentos locais e juvenis** – A sociedade civil e outros movimentos têm ganho poder através de um engajamento constante, por vezes antagónico, entre o Estado e os cidadãos. *Garantir um espaço cívico aberto para estes grupos é fundamental para alcançar uma governação responsável e para garantir a participação cívica de jovens, mulheres e outros grupos vulneráveis, bem como da comunicação social.*

## Justiça climática

**Nações Unidas** – Ao nível global, a ONU exerce uma influência significativa em matéria de justiça climática. Se a ONU não promover a justiça climática, estará a comprometer a proteção dos direitos humanos e dos direitos das gerações futuras. *Para a OiA e para os seus parceiros, a ONU e os seus espaços de diálogo oferecem oportunidades valiosas para exercer influência e defender mudanças.*

**A União Africana e as Comunidades Económicas Regionais** – A UA e as CER estão a liderar a resposta do continente às alterações climáticas. A adoção da Declaração de Nairóbi sobre as Alterações Climáticas e do Apelo à Ação<sup>37</sup> dos Líderes Africanos em setembro de 2023 representa uma determinação coletiva para enfrentar a crise climática. No entanto, os órgãos regionais e continentais devem dar prioridade às abordagens centradas nas pessoas em vez de a soluções orientadas pelo mercado, para garantir a justiça climática e o desenvolvimento sustentável. *Para a OiA, o envolvimento com a UA e as CER é fundamental para ampliar o seu trabalho de defesa da justiça climática, garantindo que as políticas e as ações aprovadas ao nível continental e regional estão alinhadas com as necessidades das populações locais e contribuem efetivamente para os ODS.*

**Governos nacionais** – Os governos nacionais detêm o poder de garantir que a transição para uma economia mais verde seja realizada de forma a não deixar ninguém para trás. Também têm o poder de regular as empresas para promover comportamentos pró-ambientais. *Os governos nacionais continuam a ser tanto um aliado como um alvo do trabalho de influência da OiA.*

**Empresas** – As empresas exercem poder sobre os governos e as populações e contribuem para a crise climática através da emissão de gases com efeito de estufa. *As empresas são um alvo importante para o trabalho de defesa da OiA.*

**ONG e ONGI** – Estas organizações trabalham para construir poder político e influência, para serem capazes de pressionar os governos e o sector privado e para chamar os atores mais poderosos a prestar contas. *As ONGs e ONGI são parceiros e aliados extremamente importantes para a OiA.*

## Justiça de género

**Estruturas patriarcais** – O poder é frequentemente atribuído a líderes religiosos, sociais ou tradicionais do sexo masculino, privilegiando os homens. Não é possível mudar este poder somente através da legislação; também é fundamental mudar as atitudes e as normas sociais. *É importante que a OiA e os parceiros se concentrem em mudar estas atitudes e normas. Os homens e os rapazes podem ser aliados importantes nestes esforços.*

**A União Africana** – As entidades e agências da UA são intervenientes-chave em todo o continente na promoção e internalização do Protocolo de Maputo nos países africanos. Ao posicionar a Direção de Mulheres, Género e Juventude diretamente sob a liderança da Vice-Presidente, a Comissão da União Africana enfatiza a prioridade das questões de género na agenda da organização. *À medida que a influência da UA cresce, a organização vai-se tornando um alvo cada vez mais importante, bem como um aliado para a OiA, sendo capaz de criar o ambiente certo para o engajamento e para que a mudança aconteça.*

**Governos nacionais** – Os governos nacionais exercem uma influência substancial sobre as suas populações, estruturas institucionais e espaços cívicos no seio dos seus territórios. São fundamentais na formulação das políticas que regem as relações de género e no desmantelamento das estruturas patriarcais que privilegiam os homens. Este envolvimento é fundamental para criar um ambiente propício onde as mulheres e as raparigas são capacitadas a participar plenamente em todos os aspectos da sociedade. Os governos nacionais desempenham um papel decisivo na atribuição de recursos e no desenvolvimento de programas que promovem a integração da perspectiva de género em diversos sectores, tornando-os parceiros indispensáveis no avanço da igualdade de género e no empoderamento das mulheres. *Ao colaborar com os governos nacionais, a OiA facilitará a adoção e implementação de políticas de género progressivas, incluindo a internalização de acordos internacionais como o Protocolo de Maputo.*

**Organizações da sociedade civil** – As organizações da sociedade civil africana, tanto regionais quanto continentais, desempenham um papel essencial na defesa da boa governação, dos direitos humanos e dos direitos das mulheres. Estes grupos exercem uma influência significativa nos atores políticos e indivíduos, desafiando normas patriarcais e defendendo mudanças sistémicas. Também são fundamentais para responsabilizar os governos e garantir que a justiça de género é um tema central na formulação e implementação de políticas. As suas ligações com as comunidades e a profunda compreensão dos contextos locais tornam-nas atores-chave na defesa de reformas sensíveis ao género e na mobilização das comunidades para exigir tratamento e oportunidades equitativas para mulheres e raparigas. *Através da colaboração com organizações da sociedade civil, a OiA visa amplificar as vozes das mulheres africanas e assegurar a sua participação ativa na construção de uma sociedade justa e inclusiva.*

## Ação humanitária

**Agências doadoras internacionais e ONGI** – Os doadores governamentais do Norte Global, as agências das Nações Unidas e as ONG internacionais detêm um poder considerável através dos recursos que controlam. O impulso para a localização é vital para partilhar o poder e a OiA deve estar empenhada em liderar esta mudança. *Ao influenciar estes atores a adotar uma tomada de decisões e uma atribuição de recursos mais localizadas, a OiA procura garantir que as respostas humanitárias são mais recetivas às necessidades das comunidades afetadas e que estão alinhadas com os princípios de equidade e justiça, bem como com os compromissos assumidos pela Oxfam, como o Grand Bargain (Grande Acordo), a <sup>38</sup>Charter For Change (Carta para a Mudança)<sup>39</sup> e o Pledge for Change (Compromisso com a Mudança).<sup>40</sup>*

**Governos nacionais e locais** – Os governos nacionais e locais são os principais responsáveis pelas populações afetadas por desastres; são quem tem acesso e controlo sobre os territórios afetados. *A OiA terá de demonstrar solidariedade facilitando o acesso aos recursos, bem como direcionando os seus esforços para estes governos para garantir o acesso às comunidades afetadas.*

**Comunidades e liderança comunitária** – Nos contextos locais, os anciãos e líderes comunitários detêm poder sobre as populações locais no que diz respeito à distribuição da assistência humanitária. Ao capacitar as lideranças locais e ao dar prioridade às necessidades e vozes dos mais vulneráveis, em especial os refugiados, deslocados internos, mulheres e raparigas, a OiA visa promover resultados humanitários mais equitativos e sustentáveis. Esta abordagem centrada na comunidade assegura a orientação da ação humanitária pelos princípios da justiça e da relevância local, o que conduzirá a intervenções humanitárias mais eficazes e impactantes. *A abordagem feminista da Oxfam tornar-se-á um fator-chave na transferência de poder para as lideranças locais.*



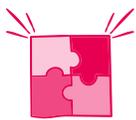
Asha Sode, Masu Wache e Fatuma Adan, do grupo de mulheres Uye, no condado de Marsabit, Quênia, participantes num projeto de intervenção sobre produção de alimentos apoiado pelo NORAD, numa reunião sobre poupanças e empréstimos comunitários, inserida numa formação da PACIDA, uma organização parceira da OXFAM. *Crédito: Misheck Kamau/Oxfam*



**5.0**

**OBJETIVOS DA OXFAM  
EM ÁFRICA**





## A a nossa visão

Uma África sem desigualdades.



## A nossa missão

Combater as desigualdades e dismantelar as estruturas de poder, colocando no centro mulheres, jovens, comunidades indígenas e outros grupos vulneráveis, criando um futuro mais igualitário para África, como parte de um mundo mais igualitário.



## Os nossos valores

Apoiamos e subscrevemos os valores da Oxfam a nível global, incorporando também os valores da inter-relação e interdependência.

- **Igualdade:** Acreditamos que todos têm o direito de ser tratados de forma justa e de ter direitos e oportunidades iguais.
- **Empoderamento:** Reconhecemos e procuramos expandir a capacidade das pessoas de exercerem agência sobre as suas vidas e decisões que as impactam.
- **Solidariedade:** Unimos forças, apoiamos e colaboramos além-fronteiras, trabalhando por um mundo justo e sustentável.
- **Inclusão:** Abraçamos a diversidade e as diferenças, valorizando as perspetivas e contribuições de todas as pessoas e comunidades na luta contra a pobreza e a injustiça.
- **Responsabilização:** Assumimos a responsabilidade pelas nossas ações e falta de ação e responsabilizamo-nos perante as pessoas com quem trabalhamos.
- **Coragem:** Dizemos a verdade na face do poder e agimos com convicção na justiça das nossas causas.
- **Ubuntu (“Eu sou porque nós somos”):** *Dependemos totalmente uns dos outros – ou vencemos juntos ou perdemos juntos.*



## O nosso propósito

**Um líder de pensamento** – Somos uma plataforma para aprendizagem e intercâmbio, líderes em inovação e consolidação de conhecimento.

**Um mediador e facilitador** – reunimos ideias divergentes e criamos sinergia entre aqueles com os mesmos objetivos.

**Um colaborador e amplificador** – promovemos parcerias e elevamos as vozes locais para além da sua localidade.

**Um empoderador** – somos uma plataforma para movimentos, que dá apoio a ativistas e comunidades para trazerem as suas ideias para a linha da frente.

**Um negociador de poder** – Somos um influencer. Dizemos a verdade na face do poder e partilhamos o poder em benefício de todos os afetados pela injustiça e pelas desigualdades no continente africano.

**Um provedor e facilitador de ajuda humanitária** – Prestamos assistência de emergência e trabalhamos com comunidades para fortalecer a sua resiliência no longo prazo, em contextos frágeis e de desastre em África.



## A nossa abordagem

**Colaboração** – Colaboramos dentro da Oxfam em África, inclusive com os Gabinetes Nacionais e Clusters, bem como com as Afiliadas Africanas, a Confederação Oxfam no geral e os parceiros locais e regionais.

**Do local ao global** – Atuamos em múltiplos níveis com diversos parceiros, criando elos entre as vozes locais e os espaços globais.

**Relação com a UA e as CER** – Mantemos uma relação de participante/observador e apoiamos ações públicas e campanhas com os nossos parceiros.

**Partilha de capacidades** – Estamos empenhados em contribuir para uma sociedade civil africana resiliente, partilhando aconselhamento técnico e apoio ao nível dos recursos de forma recíproca, bem como a nossa solidariedade quando necessário.

**Influência e advocacia** – Envolve-mo-nos em campanhas impulsionadas por pessoas, aproveitando o poder dos meios de comunicação e dizendo a verdade na face do poder.



Pascaline Namegabe, agente de saúde pública da Oxfam, demonstra como se usa o novo posto de lavagem de mãos à comunidade no campo de deslocados de Mwaka, República Democrática do Congo. *Crédito: Arlette Bashizi/Oxfam*



# 6.0

## COMO OCORRERÁ A MUDANÇA (A NOSSA TEORIA DA MUDANÇA)



# DIREITOS E PARTICIPAÇÃO DAS PESSOAS

## INPUTS

Descolonização

Abordagem feminista

Respeito pelos direitos digitais

FINANCIAMENTO

EXERCER INFLUÊNCIA

PARTILHA DE CAPACIDADES

Abordagem sistémica

Poder popular

Pensar e agir local e globalmente

## OUTPUTS

Serviços básicos responsáveis  
Espaço cívico aberto  
Organizações feministas e juvenis mais fortes

Justiça fiscal e da dívida  
Transição energética justa  
Comércio justo e inclusivo

Ação humanitária eficaz  
Tripla conexão  
Poder humanitário transformado

Movimentos feministas mais fortes  
Livres da Violência  
Acesso aos serviços essenciais

## RESULTADOS

Governança inclusiva e responsável

Crescimento inclusivo e sustentável em termos climáticos

Estabilidade política e social

Vidas dignas para mulheres e raparigas

## IMPACTO

UMA ÁFRICA SEM DESIGALDADES



PARTICIPAÇÃO, RESPONSABILIZAÇÃO, RESPEITO PELOS DIREITOS DAS MULHERES E DOS JOVENS, NADA PARA NÓS SEM NÓS



**7.0**

**O QUE FAREMOS  
(OS NOSSOS CINCO  
PILARES)**



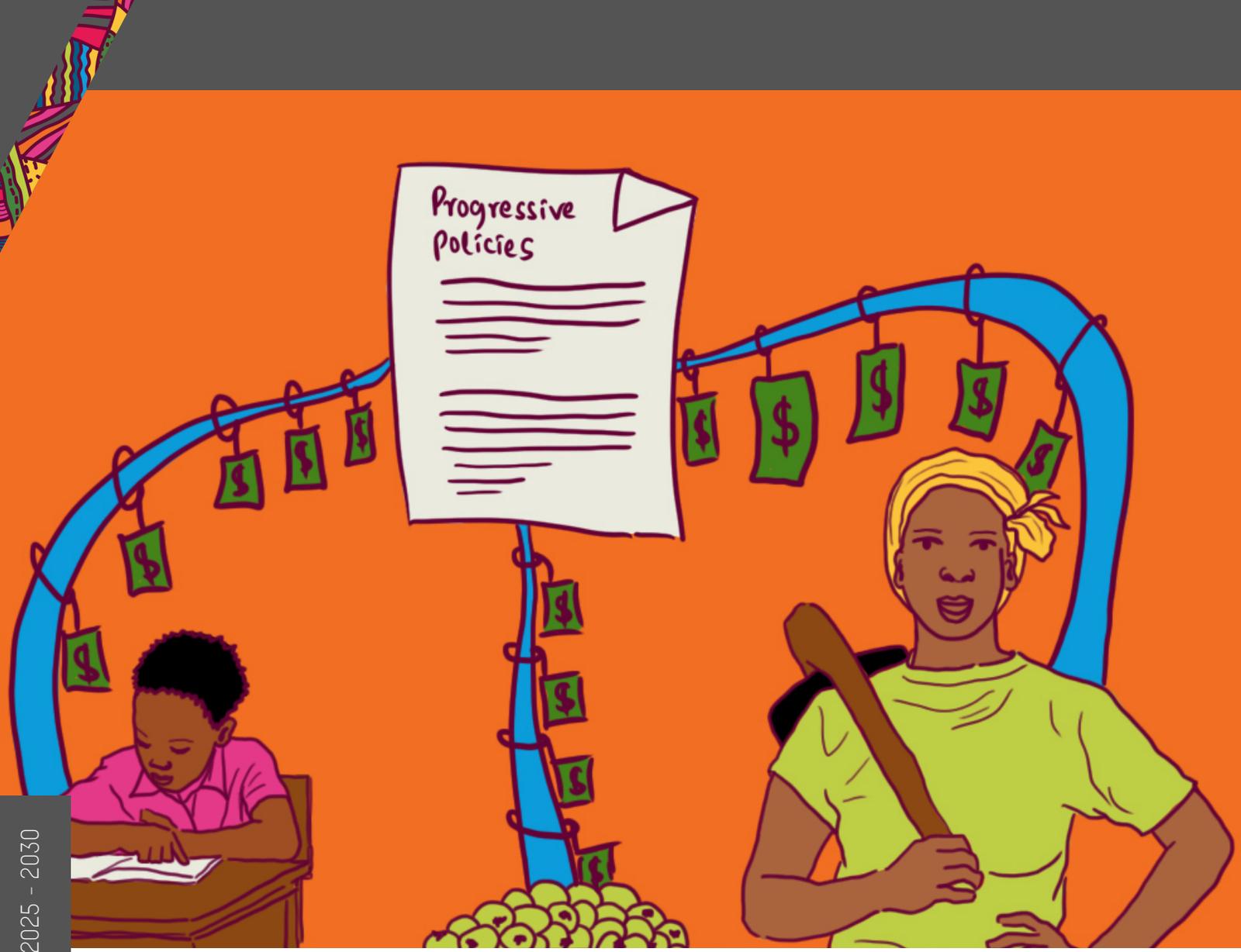
Imaginar uma África livre de desigualdades é uma missão partilhada, na qual o catalisador para a mudança está nas comunidades diversas e resilientes do continente. Nos próximos seis anos, a OiA posicionar-se-á como um parceiro fiável, colaborando estreitamente com todas as partes interessadas, tanto dentro como fora de África, para combater a injustiça e promover a igualdade.

Os pilares da estratégia da OiA foram cuidadosamente selecionados através de um processo abrangente que considerou as necessidades das populações africanas, aproveitando as capacidades, experiências e lições das anteriores plataformas regionais da Oxfam, como o Corno de África, África Oriental e Central (HECA), África Ocidental (WAF) e o Programa Pan-Africano (PAP), bem como as experiências e expectativas do Cluster da África Austral (SAF) e dos Gabinetes Nacionais. Esta abordagem foi orientada pela triangulação entre as realidades no terreno, o Quadro Estratégico Global da Oxfam 2020–2030 e as perceções do Roteiro Horizonte 2 (*Horizon 2 Roadmap*) da Oxfam. Ao analisar as necessidades das populações marginalizadas e empobrecidas em todo o continente, a OiA reconheceu que abordar questões sistémicas como a pobreza, as desigualdades e a vulnerabilidade requer pilares que se alinhem com as competências e a experiência desenvolvidas ao longo de anos de atuação em África, mas que também respondam às necessidades dos povos africanos.

Esta estratégia será implementada através de atividades que concretizam os pilares e objetivos estratégicos. Ao nível das atividades, cada pilar e país dentro da OiA poderá fazer uso de diferentes facilitadores não tradicionais para alcançar objetivos estratégicos relacionados com a redução das desigualdades e da pobreza. Estes podem incluir o envolvimento com as questões da pobreza urbana, migrações, sector privado e empresas sociais, oferecendo soluções inovadoras que se alinhem com as necessidades contextuais específicas. Estes facilitadores permitem que cada pilar e país adaptem as suas intervenções, tornando-as mais inclusivas e impactantes ao nível das comunidades.



Seadiya Mohamed, de Tigray, Etiópia, pode ir buscar água mais perto de casa graças ao ponto de abastecimento de água cuja construção foi apoiada pela Oxfam. Crédito: Zorobabel Tore/Oxfam



## 7.1 ECONOMIAS JUSTAS



**Declaração de ambição:** Uma África onde os direitos económicos dos cidadãos – incluindo dos pequenos agricultores, trabalhadores e comunidades de mineração, com foco em mulheres, raparigas e jovens – são protegidos com ferocidade e tidos como prioritários em todo o continente, e onde as empresas sejam responsabilizadas pela boa governação.

É fundamental colocar as populações africanas no centro das economias responsáveis e sustentáveis para combater as desigualdades.

## Áreas de foco

**Sistemas alimentares e soberania alimentar, comércio e cadeias de valor** – fazer com que os sistemas alimentares, o comércio e a indústria funcionem para as populações africanas.

A OiA exercerá pressão pela soberania alimentar, desafiando as multinacionais que capturaram os sistemas alimentares para obter superlucros; também mudaremos a ênfase da segurança alimentar para a soberania alimentar em África. Em colaboração com as nossas aliadas e entidades africanas, defenderemos investimentos adequados na agricultura, em linha com a Declaração de Malabo, na qual os Chefes de Estado e de Governo africanos se comprometeram a atribuir um mínimo de 10% dos seus orçamentos nacionais ao sector agrícola. Também defenderemos uma melhor inclusão dos pequenos agricultores nas cadeias de valor estratégicas e lucrativas. A Oxfam alavancará o progresso alcançado e os desenvolvimentos futuros ao abrigo do Acordo de Livre Comércio Continental Africano para impulsionar cadeias de valor agrícolas mais inclusivas e para garantir que as mulheres e jovens colhem benefícios. Desafiaremos as organizações multilaterais e bilaterais no que diz respeito à forma como moldam os seus investimentos para promover a soberania alimentar. Apoiaremos as populações africanas a enfrentar a apropriação massiva de terras por parte dos governos e empresas estrangeiros, das elites nacionais e do sector privado. Apoiaremos o desenvolvimento e o fortalecimento dos movimentos de agricultores e ampliaremos as suas vozes. Defenderemos corajosamente os direitos dos trabalhadores, bem como uma transformação radical das práticas empresariais em prol de benefícios justos, inclusivos e progressivos.

**Recursos naturais e uma transição energética justa** – promovendo a justiça dos recursos naturais e garantindo a partilha justa de receitas e benefícios.

A Oxfam e os seus parceiros mantêm-se firmes na luta contra as desigualdades impulsionadas pelas indústrias extrativas, exigindo nada menos do que reformas políticas e práticas que promovam a partilha equitativa das receitas e benefícios dos recursos naturais. A OiA apoiará *think tanks* africanos na realização de análises sectoriais e investigação no sector dos recursos naturais, que serão utilizadas para desafiar as políticas governamentais e promover a participação das massas no sector. Amplificaremos as vozes dos nossos parceiros e aliados, mobilizando-nos por mudanças políticas que deem prioridade às necessidades e direitos das comunidades locais e populações indígenas nas decisões sobre terras e recursos, no contexto da transição energética. Vamos também concentrar-nos em capacitar as populações locais para defenderem as suas terras, água e ambiente, e para reivindicarem uma compensação justa, bem como o consentimento livre, prévio e informado. A OiA utilizará encontros estratégicos, como o Alternative Mining Indaba anual, a Africa Oil Week e outras plataformas globais, continentais e nacionais, para promover mudanças radicais em prol de práticas inclusivas e sustentáveis. Capacitaremos as comunidades locais e os povos indígenas a reivindicarem o seu lugar legítimo na vanguarda dos processos de tomada de decisão.

## Como será o sucesso em 2030?

- Adoção e implementação de políticas agrícolas e comerciais justas e progressivas que favoreçam os pequenos agricultores, mulheres, jovens, comunidades indígenas e outros grupos vulneráveis.
- Melhorias ao nível das receitas oriundas dos recursos naturais e da repartição de benefícios, tendo em vista investimentos na educação, saúde e proteção social.
- Políticas progressivas que regem os recursos naturais, com foco em soluções sustentáveis que promovam a justiça energética, climática e de género, e que responsabilizem as empresas e os governos.



Letícia seca os seus grãos de cacau nas mesas de secagem tradicionais da sua quinta. É uma mulher de força do Gana, que construiu o seu próprio negócio e que gere de forma independente toda a cadeia de valor do seu negócio de chocolate. *Crédito: Nana Kofi Acquah/Oxfam*



## 7.2 GOVERNAÇÃO RESPONSÁVEL E INCLUSIVA



**Declaração de ambição:** Uma África em que os sistemas de governação são inclusivos, transparentes e responsáveis perante as populações, protegendo e promovendo os direitos humanos, os valores democráticos e a sustentabilidade ambiental em todo o continente.

Sistemas de governação responsáveis e inclusivos que protejam os direitos humanos, os valores democráticos e o nosso planeta são essenciais.

## Áreas de foco

**Espaços cívicos** – promover democracias responsáveis, justas e inclusivas, governadas pelo Estado de direito, nas quais os direitos básicos são protegidos e promovidos.

A OiA, juntamente com os nossos parceiros, defenderá e promoverá de forma vigorosa o direito fundamental à liberdade de expressão e de associação. Lutaremos incansavelmente contra a corrupção, opor-nos-emos a quaisquer tentativas de suprimir os espaços cívicos e desafiaremos o abuso de poder constitucional e político, incluindo a remoção e redução dos direitos das mulheres e dos trabalhadores, assegurando que quem ocupa posições de autoridade é responsabilizado de forma rigorosa. Para este fim, a OiA apoiará todas as entidades da Oxfam em África, sindicatos, organizações e movimentos feministas e de mulheres, bem como parceiros locais, incluindo a comunicação social, para defender a liberdade de expressão, a inclusão nos espaços de tomada de decisão e os esforços para chamar os governos a prestar contas. Sempre que necessário, a OiA defenderá junto dos governos, da UA e das CER a proteção dos direitos democráticos.

**Serviços públicos responsáveis** – defender serviços públicos acessíveis e de qualidade, incluindo saúde, proteção social e educação para todos, para reduzir as desigualdades e promover um desenvolvimento e sociedade inclusivos.

A OiA, em colaboração com os nossos parceiros, defenderá um maior investimento em serviços básicos, com ênfase em saúde, proteção social e educação de qualidade, em linha com o Plano de Ação de Lagos. Promoveremos e apoiaremos a integração dos direitos digitais e o uso da tecnologia nos sistemas de educação pública, e apoiaremos também iniciativas que visem manter as raparigas na escola. Desafiaremos a privatização dos serviços básicos e as iniciativas macroeconómicas que reduzem o investimento em serviços públicos básicos e na proteção social. Trabalhando em conjunto com todas as entidades da Oxfam em África e com outros aliados, incluindo o meio académico, os movimentos trabalhistas e a comunicação social, defenderemos a implementação da Declaração de Abuja sobre a saúde, que define a meta de investimento de 15% dos orçamentos nacionais na saúde e de 20% dos orçamentos nacionais na educação. Apoiamos igualmente a sociedade civil local a participar nos processos de monitorização orçamental, de modo a responsabilizar os governos.

**Justiça fiscal e sustentabilidade da dívida** – exigir sistemas tributários justos que promovam a tributação progressiva e a partilha das receitas e benefícios dos recursos naturais, e que combatam os fluxos financeiros ilícitos e outras ações que contribuem para o aumento das desigualdades.

A nossa missão é expor os enormes encargos da dívida africana, chamar a atenção para os

seus impactos e exigir uma frente unida no alívio da dívida. Desafiaremos ativamente o status quo nos mercados financeiros africanos, concentrando-nos nos principais credores: Governos do G20, IFI como o FMI e o Banco Mundial e o crescente sector de dívida comercial. A Oxfam irá associar-se e colaborar com as principais redes da sociedade civil no continente, como a Rede Africana para a Justiça da Dívida Soberana (*African Sovereign Debt Justice Network*), a Rede Africana para a Justiça Fiscal (*Tax Justice Network Africa*) e o Fórum e Rede Africana sobre Dívida e Desenvolvimento (*African Forum and Network on Debt and Development*), para combater práticas agressivas de planeamento fiscal por grandes empresas e multinacionais. A OiA, juntamente com as suas entidades, criará campanhas para chamar a atenção para as cargas tributárias de cada país e os efeitos negativos que têm na despesa pública. A OiA apoiará os gabinetes nacionais, os clusters e os parceiros locais na defesa de leis tributárias transparentes e de práticas fiscais responsáveis que combatam a evasão fiscal e promovam políticas tributárias justas.

**Juventude e movimentos sociais** – promover a partilha recíproca da capacidade das organizações de juventude e de outros movimentos sociais, apoiando a sua luta para operar livremente e participar na sua própria governação.

A OiA dedicará recursos à construção de movimentos juvenis, movimentos trabalhistas e outros movimentos em todo o continente, apoiando a troca de conhecimento entre regiões e o fortalecimento das redes de apoio. Utilizaremos as nossas ligações globais para abrir espaços para que os movimentos atuem a nível global e continental. Trabalhando em conjunto com os sindicatos africanos, gabinetes nacionais, clusters e afiliadas africanas, concentraremos os nossos esforços na construção de um movimento continental que seja autossustentável e autossuficiente.

## Como será o sucesso em 2030?

- Adoção e implementação progressiva de uma nova convenção tributária internacional liderada por estados africanos e organizações da sociedade civil.
- Aumento das políticas nacionais e endurecimento das leis relativas à evasão fiscal e à justiça fiscal no continente africano.
- Redução do peso da dívida em vários países de África.
- Todas as entidades da Oxfam em África e os parceiros locais estão capacitados para realizar campanhas e tornar-se intervenientes-chave em questões de justiça da dívida a nível

nacional. Mais cidadãos a organizarem-se em movimentos eficazes contra a autocracia, a captura do Estado pelas elites e a privatização de serviços essenciais – exigindo direitos, desafiando injustiças e apelando à responsabilização.

- Melhoria da transparência e da responsabilização na governação, demonstrada pelo reforço da independência e da capacidade de órgãos específicos nas áreas da democracia, economia, sociedade, direitos humanos e instituições jurídicas.
- Organizações juvenis mais fortes, bem como movimentos laborais e outros movimentos que são coordenados e autossustentáveis em todo o continente.
- Aumento do investimento em serviços essenciais, especialmente saúde, proteção social e educação.
- Maior prestação de serviços públicos pelo Estado, especialmente na educação e na saúde.
- Integração eficaz das recomendações feitas por organizações da sociedade civil durante a Revisão Periódica Universal do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.



Em Dotche Malam, Níger, as filhas de Ramatou Adamou sorriem uma para a outra, sentadas à sombra de uma árvore com os cadernos da escola. Apesar de não ter podido ir à escola, Ramatou incentiva as filhas a estudar, a adquirir conhecimento e a ter sucesso na vida.  
Crédito: Ibrahim Ousmane/Oxfam



## 7.3 JUSTIÇA CLIMÁTICA



**Declaração de ambição:** Uma África que enfrenta e supera corajosamente os riscos climáticos no seu caminho, aproveitando a força da sua população diversa e a riqueza dos seus recursos para forjar um futuro sustentável.

A justiça climática está no centro da criação de soluções sustentáveis e resilientes para as vidas e meios de subsistência das populações.

## Áreas de foco

**Produtos de conhecimento de propriedade africana** – colmatando a lacuna de conhecimento sobre o clima.

A OiA abordará a lacuna de dados nos estudos climáticos promovendo produtos de conhecimento de propriedade local. Reconhecendo a predominância de estudos elaborados no Norte Global, esta iniciativa visa desbloquear as perspectivas africanas, influenciando as decisões climáticas globais. Este esforço destaca um compromisso com a inclusão e assegura que os desafios únicos do contexto africano estão no centro do discurso climático global.

**Mudanças ao nível das políticas** – promovendo ações climáticas inclusivas em África.

Há uma desconexão notável entre comunidades, organizações da sociedade civil e tomadores de decisão. A Oxfam e os seus parceiros irão promover uma abordagem transformadora, estabelecendo uma plataforma para comunicação direta entre as comunidades indígenas e os decisores políticos. Este canal permitirá a participação ativa na conceção de políticas e na influência de estratégias, desafiando as normas existentes. A OiA envolver-se-á com comunidades, governos, Comunidades Económicas Regionais (CER) e a União Africana para reforçar uma lógica assente na inclusão e harmonização em prol de uma justiça climática eficaz.

**Capacitar a resiliência local e a adaptação climática** – apoiar as comunidades africanas na adaptação às alterações climáticas.

A OiA dará prioridade estratégica ao empoderamento das comunidades locais para desenvolverem as suas respostas à crise climática, reconhecendo os desafios interligados decorrentes dos fenómenos meteorológicos, das mudanças nos mercados agrícolas e dos interesses governamentais e corporativos. Através de programas de reflorestação e educação climática, capacitaremos as comunidades de base, promovendo a resiliência e a adaptação. Com uma forte ênfase na liderança feminina e no conhecimento local, colaboraremos com diversos parceiros para implementar soluções que englobem a agricultura resiliente ao clima, a gestão sustentável da água e a redução do risco de desastres.

**Amplificar as vozes africanas** – defender o financiamento climático, a justiça e a equidade global.

A OiA, em parceria com os nossos aliados, defenderá um aumento do financiamento climático para África centrado nos direitos humanos e no feminismo, abordando a carga desproporcional que o continente enfrenta. Chamaremos a atenção para a politização do financiamento climático, dominado pelo Norte Global, e exigiremos responsabilidade pelas suas consequências. Fomentaremos um movimento climático robusto em África, apoiando o envolvimento em diversos níveis, incluindo a arena global. Promoveremos a presença e a voz de África no cenário internacional e defenderemos políticas climáticas equitativas que abordem as disparidades sociais e económicas, fundamentando os nossos argumentos no pensamento feminista e na descolonização. Como facilitadores, amplificaremos as mensagens de grupos marginalizados, incluindo mulheres, jovens e povos indígenas.

Para consolidar a importância do financiamento climático feminista, é essencial reconhecer as responsabilidades históricas do Norte Global no agravamento das alterações climáticas. A industrialização e o crescimento económico dos países do Norte foram amplamente alicerçados em atividades com uso intensivo de carbono, que contribuíram desproporcionalmente para a crise climática. África, apesar de ser quem menos contribui para as emissões globais, enfrenta alguns dos mais graves impactos das alterações climáticas. O princípio da justiça climática deve abordar estes desequilíbrios históricos, assegurando que os países que mais contribuíram para as alterações climáticas também assumem a maior responsabilidade no financiamento dos esforços de adaptação e mitigação no Sul Global. A OiA defenderá a responsabilização do Norte Global no cumprimento dos seus compromissos de financiamento climático e no reconhecimento do seu papel histórico na perpetuação das injustiças ambientais.

## Como será o sucesso em 2030?

- Os debates e as decisões políticas sobre as alterações climáticas centram-se em transições justas, equitativas e feministas.
- Mais financiamento climático acessível, centrado nas pessoas e previsível.
- Novos estudos e dados sobre as respostas e impactos das mudanças climáticas em África servem como catalisadores para ampliar o acesso equitativo a energias renováveis produzidas de forma responsável e para uma eliminação rápida, justa e financiada dos combustíveis fósseis.
- Surgimento e fortalecimento de movimentos interseccionais que influenciam e defendem a justiça climática no continente. Aumento da produtividade agrícola sustentável e resiliente ao clima, bem como dos rendimentos associados.



Um grupo de pastores e os seus animais chegam à comunidade de Sincaro, Somália, onde a Oxfam construiu um sistema de abastecimento de água para pessoas e animais. Sincaro é um ponto estratégico nas rotas de transumância. *Crédito: Pablo Tosco / Oxfam Intermón*



## 7.4 JUSTIÇA DE GÉNERO



**Declaração de ambição:** Um continente onde todas as pessoas vivem uma existência sem desigualdades de género e onde mulheres e raparigas exercem plenamente os seus direitos e vivem com dignidade.

Uma vida digna, livre de discriminação e violência de género é um direito humano fundamental que sustenta o progresso e a igualdade humanos. A concretização e proteção dos direitos iguais das mulheres devem ser

consideradas fundamentais para alcançar todos os outros objetivos de desenvolvimento humano e justiça social. Os direitos das mulheres não são apenas uma questão de equidade, mas um pré-requisito para um progresso sustentável nos domínios económico, político e social. Desta forma, os direitos iguais das mulheres são os alicerces nos quais se constroem sociedades inclusivas, resilientes e justas, sendo um dos principais focos desta estratégia.

## Áreas de foco

**Violência de género estrutural e sistémica** – assegurar que as comunidades em África são mais seguras e livres de violência patriarcal e estrutural, discriminação, preconceito, leis que reforçam as desigualdades e movimentos anti-direitos que visam mulheres e raparigas.

A OiA defenderá a formulação e implementação de políticas e práticas transformadoras em prol da igualdade de género a nível nacional e regional, incluindo o apoio às entidades da Oxfam em África para promover a advocacia política a nível nacional. Envolveremos o sector privado e as IFI na definição de estratégias e iniciativas de género. A OiA também garantirá que são desafiadas e transformadas as atitudes, normas e crenças prejudiciais que perpetuam o abuso e a insegurança das mulheres, além de reforçar a pobreza e a marginalização a que estão sujeitas. As estratégias incluirão o envolvimento de homens e rapazes para mudar as normas patriarcais e contrariar as narrativas dos movimentos digitais anti-direitos que perpetuam a violência contra as mulheres.

Juntamente com os nossos parceiros, contribuiremos para, moldaremos e influenciaremos o desenvolvimento e a linguagem das políticas da UA. Envolver-nos-emos com os mecanismos de direitos humanos da ONU e da UA, assim como com os mecanismos especiais, na monitorização da implementação dos quadros jurídicos pelos estados-membros, como o Protocolo de Maputo. Nos nossos programas, garantiremos que os perpetradores de violência baseada no género são responsabilizados pelas suas ações e asseguraremos que as sobreviventes têm acesso a serviços e assistência de alta qualidade.

**Liderança feminista transformadora** – promover movimentos de direitos das mulheres/ feministas mais inclusivos, seguros, vibrantes e com acesso aos recursos necessários, bem como um espaço cívico para a ação feminista que garanta o envolvimento significativo de todas as pessoas.

A OiA compromete-se a financiar, apoiar e fortalecer organizações e movimentos que promovem os direitos iguais das mulheres e o feminismo, visando contribuir para a elaboração e influência de políticas transformadoras de género a nível nacional, regional e global. Apoiá-las-emos, aprenderemos com elas e amplificaremos a sua autonomia e vozes em todo o trabalho que realizamos, tanto no ambiente online como offline. Além disso, colaboraremos com diversos parceiros e movimentos em plataformas continentais e globais para contribuir para a formulação e influência de narrativas políticas. Participaremos em estudos feministas e em oportunidades de aprendizagem através da produção de resumos de políticas e análises especializadas, apoiando a inclusão do contexto africano nas pesquisas da Confederação Oxfam.

A OiA também apoiará organizações feministas na defesa do espaço cívico, garantindo a sua operação e proteção contra retaliações violentas contra os direitos.

**Justiça económica de género e os cuidados** – desenvolver modelos económicos feministas alternativos que coloquem os cuidados, a equidade e o bem-estar de todos no centro, como alternativa aos atuais modelos patriarcais, neoliberais e extrativistas.

A OiA irá amplificar as narrativas e alternativas feministas em torno de áreas temáticas-chave, incluindo cuidados, justiça fiscal e justiça climática, através de diálogos e painéis de especialistas. Continuaremos o nosso envolvimento com o Banco Mundial na área da política de cuidados e justiça de género, assim como com outras plataformas locais onde o diálogo já está em andamento. Aproveitaremos a oportunidade apresentada pelo interesse atual do Banco Africano de Desenvolvimento no trabalho da Oxfam sobre cuidados e promoveremos o [Care Barometer](#).

**Saúde e direitos sexuais e reprodutivos (SDSR)** – assegurar que os SDSR são garantidos, acessíveis e respeitados em todo o continente.

Em colaboração com organizações feministas de todo o continente, a OiA contribuirá para a transformação das normas sociais relacionadas com a saúde sexual e reprodutiva, visando melhorar a autonomia corporal, a capacidade de decisão e o bem-estar de mulheres e raparigas. Esforçar-nos-emos também por promover uma atitude positiva e respeitosa em relação à sexualidade e às relações sexuais, além de assegurar investimentos adequados nos serviços de saúde sexual e reprodutiva.

## Como será o sucesso em 2030?

- A ratificação, internalização e implementação do Protocolo de Maputo têm assumido um papel central na maioria dos países africanos. O reconhecimento, a redução e a redistribuição do trabalho de cuidados e doméstico não remunerado são promovidos através de campanhas continentais e nacionais. A Oxfam tem-se unido a coligações continentais bem financiadas que promovem ativamente a desmantelação de normas e práticas patriarcais.
- As principais contribuições da OiA e dos seus aliados para a Revisão de 30 anos da Plataforma de Ação de Pequim e para outros processos-chave em matéria de políticas de género. Aplicação rigorosa da perspetiva de género a todos os processos e políticas internas.



## 7.5 AÇÃO HUMANITÁRIA



**Declaração de ambição:** Ação humanitária que aborda as causas profundas e capacita as pessoas afetadas a assumirem a liderança, alcançando resultados duradouros e reconstruindo as suas vidas.

É fundamental uma abordagem de triplo nexo que une as dimensões humanitária, de desenvolvimento e de construção da paz em todas as áreas de programação e de influência para alcançar soluções sustentáveis em situações de crise.

## Áreas de foco

**Uma resposta humanitária eficaz, inovadora e fundamentada em princípios** – que garante intervenções bem equipadas e atempadas em situações de crise. No cerne da resposta da Oxfam permanecem a segurança alimentar de emergência (*emergency food security, EFS*), *água, saneamento e higiene (water, sanitation and hygiene, WASH)* e a proteção. A Oxfam apoiará os seus parceiros na mobilização de recursos para a ação, ao mesmo tempo que desafia decisões que possam limitar o acesso a financiamento, diversificando as fontes de financiamento, defendendo financiamento plurianual e assegurando que os atores locais são adequadamente financiados. Também incentivaremos e melhoraremos a partilha de conhecimentos entre regiões e países, promovendo a inovação, investindo na aprendizagem entre pares e monitorizando as nossas abordagens com base em princípios feministas. A inovação será fundamental e exploraremos o uso de tecnologia para apoiar respostas humanitárias eficazes. Aliados importantes no continente africano (para além das principais ONGI) incluem a rede Africa START e a recém-estabelecida Africa Humanitarian Organisations Network (AHON), da qual a Oxfam já faz parte da liderança, bem como agências da ONU, CER e outros organismos regionais.

**Preparação** – assegurar planos eficazes e bem financiados em todos os programas.

A OiA assegurará que os Gabinetes Nacionais/Regionais e os parceiros, bem como as filiais africanas, dispõem dos recursos necessários para realizar trabalhos de preparação, como análise prospetiva, avaliação de riscos e elaboração de planos de contingência. Colaboraremos com as comunidades e partes interessadas locais na avaliação de riscos climáticos para inclusão nos planos de preparação e influenciar os doadores a incorporarem a preparação nos seus financiamentos. A OiA realizará uma revisão sistémica dos mecanismos de tomada de decisão, protocolos, procedimentos e responsabilização, aplicando uma perspetiva de descolonização e investindo nas áreas que necessitam de melhorias. Também procuraremos aumentar o investimento em mecanismos de ação antecipatória, ligando-os aos mecanismos de proteção social.

**Ligar as respostas humanitárias a impactos a longo prazo** – assegurar que os benefícios das respostas humanitárias são sustentados e que as vidas das populações são reconstruídas.

A OiA dará prioridade à realização de análises contextuais mais aprofundadas, incorporando perspetivas sobre dinâmicas de poder e igualdade de género, com foco central nas necessidades das comunidades. Em colaboração com intervenientes locais, como organizações não governamentais, entidades académicas e o sector privado, procuraremos aprimorar a qualidade das nossas análises para garantir a eficácia duradoura das nossas intervenções. Adotando uma perspetiva sistémica, alinharemos os nossos esforços humanitários com ações complementares que abordem as causas subjacentes

das crises. A nossa ênfase incidirá no fortalecimento das instituições, incluindo as locais, bem como dos sistemas e capacidades necessários para soluções sustentáveis.

**Transformar os sistemas de poder** – assegurar a transformação dos sistemas e processos humanitários, tanto internos como externos, para alcançar uma ação humanitária justa, equitativa e eficaz.

A OiA compromete-se a desempenhar um papel de liderança na transformação dos sistemas humanitários, tornando-os mais eficazes. Para tal, criará espaços que permitam questionar e desafiar os nossos pensamentos e cultura internos, desenvolvendo uma visão e compreensão partilhadas do valor acrescentado da Oxfam no trabalho humanitário descolonizado, assegurando simultaneamente que não causamos danos. Internamente, focar-nos-emos na transformação dos sistemas internos, particularmente dos nossos sistemas empresariais, para nos tornarmos mais ágeis no apoio ao trabalho humanitário. Defenderemos respostas lideradas localmente, desafiando a redução do espaço humanitário e cívico, e navegaremos a securitização da ajuda e os duplos padrões. Externamente, desafiaremos dinâmicas de poder opressivas e injustas, promoveremos uma abordagem feminista e centraremos a igualdade de género. Defenderemos e investiremos na liderança local, respeitando o conhecimento e a liderança locais pelo valor que estes aportam.

## Como será o sucesso em 2030?

- A resposta humanitária da Oxfam contribui para a concretização da igualdade de direitos para as mulheres.
- A Oxfam reage de forma rápida e em grande escala à deterioração dos indicadores humanitários, com base nos direitos humanos internacionais, bem como no direito dos refugiados e humanitário.
- A Oxfam demonstra uma abordagem de programação segura, empenhada em não causar danos, em todas as suas intervenções.
- As iniciativas humanitárias, de desenvolvimento e de construção da paz da Oxfam estão alinhadas com o empoderamento, a liderança e a autonomia das mulheres.
- Todas as intervenções diretas da Oxfam complementam e apoiam os sistemas nacionais e locais na ação humanitária, em vez de substituírem a capacidade existente.

- É possível desbloquear, de forma oportuna, financiamento em maior escala, flexível e prontamente disponível, quando tal é necessário para salvar vidas.
- O financiamento bilateral e multilateral apoia os esforços de localização, e as abordagens de tripla conexão aumentam significativamente.
- A Oxfam lidera a construção de liderança humanitária local através de uma implementação encabeçada pelos parceiros locais, apoiando redes e organizações humanitárias africanas, como a AHON, e a disponibilização rápida de fundos de resposta a emergências para organizações da sociedade civil, estabelecendo-se assim como uma voz líder na prática de localização no continente



A refugiada Asia lava as mãos numa unidade WASH apoiada pela Oxfam, no seu abrigo no centro de trânsito em Renk, Sudão do Sul.  
Crédito: Peter Caton/Oxfam \*O nome foi alterado em conformidade com as diretrizes de conteúdo ético da Oxfam

## 7.6 LENTES TRANSVERSAIS

Concordamos com o Quadro Estratégico Global da Oxfam ao afirmar que a forma como trabalhamos é tão importante quanto o que fazemos. Alterar a nossa abordagem permitirá uma maior relevância e eficiência no continente africano, alinhando-nos com as expectativas dos nossos parceiros e aliados africanos. As seguintes perspetivas permeiam todo o nosso trabalho, sendo aplicadas de forma transversal para garantir que informam todas as nossas ações.

### Descolonização

Os sistemas económicos, políticos, culturais e de conhecimento atuais são legados das potências coloniais em todo o continente africano. Estes sistemas globais, profundamente cimentados em África, reforçam relações de poder patriarcais, racistas e exploratórias, perpetuando e mantendo as desigualdades sistémicas. O poder continua concentrado no Norte Global, sendo sustentado pelas relações comerciais, políticas e de ajuda.

**Aplicação:** A Oxfam está a trabalhar de forma sistemática para descolonizar a sua atuação, como parte de um processo de descolonização mais amplo, necessário para enfrentar as desigualdades globais e locais. Em linha com estes esforços, a OiA concentrar-se-á na equidade das parcerias e no avanço da tarefa crucial de reformular as práticas de financiamento. Abordaremos o uso da linguagem, as práticas de recrutamento e a transparência em relação às informações financeiras. Além disso, continuaremos a promover a igualdade de poder na tomada de decisões dentro da Oxfam, afastando-nos da ênfase exclusiva nas práticas do Norte Global. Isto inclui acolher novas metodologias indígenas, como a narração de histórias e as tradições orais, e outros produtos de conhecimento para desempenharem um papel de liderança. A Oxfam, enquanto organização e particularmente no seu papel como ONGI, compromete-se a agir com cautela para evitar perpetuar as estruturas de poder existentes, utilizando a perspetiva de descolonização em intersecção com outras abordagens para garantir que as estruturas de poder não são reforçadas. A Oxfam pretende afirmar-se como uma voz continental influente na reconfiguração do poder no âmbito da ajuda humanitária e da cooperação para o desenvolvimento. Enquanto voz africana, em particular, a Oxfam defenderá ações concretas e mudanças reais no movimento de descolonização, deixando para trás os debates vazios e a falta de ação.

### Abordagem feminista

As estruturas patriarcais oprimem as mulheres e as raparigas em diversos espaços sociais. Estas estruturas, aliadas a dinâmicas de poder desiguais, fazem com que as mulheres e as raparigas constituam a maioria das pessoas que vivem em situação de pobreza. Nos patriarcados, os homens detêm autoridade e definem os papéis de género, frequentemente conduzindo à subordinação feminina.

**Aplicação:** A abordagem feminista da Oxfam combate este desequilíbrio através dos seus princípios fundamentais. Em África, a Oxfam centra-se na complexidade das dinâmicas de poder, integrando-as no seu planeamento. Dada a prevalência de masculinidades opressivas, é necessário envolver os rapazes e os homens para desafiar e transformar estes valores prejudiciais que perpetuam a desigualdade de género e a violência. O nosso objetivo é garantir, no mínimo, a igualdade legal entre mulheres e homens. No nosso trabalho, comprometemo-nos a investigar e abordar todos os tipos de discriminação, injustiça e violações de direitos vivenciadas por mulheres e raparigas. Esforçamo-nos por implementar uma perspetiva feminista nas nossas práticas de recrutamento e assegurar que os nossos procedimentos programáticos são sensíveis ao género.

## Respeito pelos direitos digitais

O panorama digital em África está em expansão. O continente é o líder global no número de pessoas que acedem à Internet através de dispositivos móveis. Este facto representa um enorme potencial para África reduzir desigualdades e facilitar o acesso a serviços essenciais. No entanto, o acesso digital desigual e o uso indevido das tecnologias digitais agravam as desigualdades e a discriminação.

**Aplicação:** O compromisso da Oxfam com a promoção dos direitos digitais em África insere-se no âmbito das Tecnologias de Informação e Comunicação para o Desenvolvimento (*Information and Communications Technology for Development, ICT4D*), pois acreditamos que estas fomentam o ativismo cívico e facilitam a prestação de serviços sociais e ajuda humanitária de forma segura e eficaz. O nosso objetivo é garantir um acesso equitativo e acessível às infraestruturas digitais, às ferramentas e aos espaços online, desempenhando um papel fundamental na expansão e aproveitamento destes espaços, em colaboração com jovens e ativistas digitais feministas.

## Poder popular

As estruturas económicas e políticas podem ser utilizadas para controlar o poder e silenciar as vozes das pessoas comuns. O mesmo se aplica à assistência ao desenvolvimento e à ajuda humanitária, na qual a influência dos atores do Norte Global frequentemente se sobrepõe às vozes e necessidades dos mais afetados pelas desigualdades e pela pobreza. Apesar de existirem fortes tradições de empoderamento popular e abordagens participativas no continente africano, estas são frequentemente ofuscadas e ignoradas pelos sistemas dominantes de poder político e económico.

**Aplicação:** Em África, o papel da Oxfam de colaborar com as comunidades marginalizadas e de amplificar as suas vozes será um elemento-chave na transformação das relações de poder. Juntamente com os nossos parceiros, desafiamos as elites políticas e económicas que detêm poder visível e invisível em muitos países do continente, utilizando o nosso poder e privilégio para abrir espaços de diálogo com estas elites. É fundamental apoiar iniciativas locais e fomentar redes comunitárias para capacitar as comunidades. Comprometemo-nos a apoiar e a estar ao lado daqueles que lutam contra a exclusão, a exploração, a pobreza e crises. Prestaremos assistência direta quando necessário e colaboraremos com eles para promover mudanças positivas, incluindo a defesa dos seus direitos. Além disso, investiremos na liderança, independência e empoderamento dos jovens.

## Pensar e agir local e globalmente

As estruturas de poder e os detentores de poder estão igualmente presentes nos níveis global, regional e local. Estas estruturas de poder estão interligadas e reforçam-se mutuamente. Para desafiar estruturas de poder que são complexas, multiníveis e multissetoriais, é necessária a construção sistemática de coligações que extraiam igual força dos seus respetivos níveis – global, regional e local.

**Aplicação:** A OiA fortalecerá o seu papel como elo para amplificar as vozes dos atores locais em campanhas e advocacia a nível continental e global, articulando o seu conhecimento local com os debates globais. Esta abordagem é ainda mais crucial quando enfrentamos desafios globais significativos, como a igualdade de género, a dívida e as alterações climáticas.

## Abordagem sistémica

O poder que perpetua a pobreza e a injustiça está enraizado em sistemas – coloniais, patriarcais, elitistas e outros – e África não é exceção. Para promover mudanças significativas e sustentáveis e transferir o poder dos atuais detentores, é necessário transformar os próprios sistemas.

**Aplicação:** Problemas sistémicos exigem soluções sistémicas e a Oxfam está empenhada na promoção de uma igualdade sistémica. Este princípio aplica-se a África, onde os sistemas estão profundamente enraizados em sociedades multifacetadas, necessitando de abordagens abrangentes para fazer face aos sistemas de desigualdade, injustiça e discriminação. A OiA compromete-se a analisar e a transformar os sistemas que requerem um envolvimento consistente e a longo prazo. O poder da aprendizagem e do conhecimento coletivo é um motor fundamental para a mudança de sistemas. Em África, a Oxfam criará plataformas que permitam a aprendizagem coletiva além das fronteiras geográficas e barreiras linguísticas.

## Implementação da estratégia

A estratégia da OiA será operacionalizada através de documentação detalhada para o programa de cada pilar, estratégias específicas para cada país e pela elaboração de funções de apoio essenciais. Cada pilar terá documentação programática dedicada que delinea objetivos, metodologias e resultados desejados. As estratégias nacionais contextualizarão estes pilares, garantindo o seu alinhamento com as realidades e necessidades locais. Além disso, as funções críticas de apoio, como Recursos Humanos, Operações e Monitorização e Avaliação, desenvolverão abordagens relevantes para fornecer as infraestruturas necessárias à entrega eficaz dos programas. Será também desenvolvida uma abordagem às parcerias, para assegurar que as colaborações com organizações locais, entidades governamentais e outras partes interessadas estão alinhadas com os objetivos da estratégia.

Além de implementar a estratégia através da documentação programática de cada pilar, estratégias nacionais e funções de apoio, a OiA trabalhará em estreita colaboração com as afiliadas africanas e o cluster do Médio Oriente e Norte de África (MENA) na influência regional pan-africana. Esta parceria concentrar-se-á em prioridades comuns, garantindo que os esforços de advocacia regional são coesos e impactantes. A OiA envolver-se-á ainda mais com as afiliadas africanas para aproveitar a sua experiência e redes, amplificando os esforços para combater as desigualdades e a pobreza. Estas colaborações potenciarão a aprendizagem entre regiões, fortalecerão o trabalho coletivo de advocacia da Oxfam e assegurarão que a estratégia reflete uma abordagem unificada na influência de políticas e mudanças estruturais a nível regional e continental.



Voluntários seguram cartazes infográficos à frente dos carros parados no semáforo na marcha sobre as alterações climáticas de 13 de outubro de 2022 em Allen Junction, Ikeja, estado de Lagos, Nigéria. **CRÉDITO:** Taiwo Aina / Oxfam

# 8.0

## IMPLICAÇÕES DESTA ESTRATÉGIA PARA A OXFAM EM ÁFRICA

A aprovação desta estratégia terá implicações na operação da OiA e nas suas relações internas. Para cumprir as ambições da estratégia, serão necessários ajustes e mudanças na organização. Ao mesmo tempo, é importante notar que muitas partes da estratégia se baseiam no trabalho existente, que pode precisar de ampliação, simplificação e consolidação.

## Reformar as nossas formas de trabalhar

O poder da OiA para implementar esta estratégia reside na sua diversidade. Para as diferentes entidades que a compõem, isto implica mais do que simplesmente alinhar estratégias: significa concretizar aspetos específicos da estratégia, aproveitando as suas forças particulares para um impacto máximo.

A nossa ambição é uma Oxfam em África que:

- Seja influente, conectando as estruturas nacionais, regionais e continentais às diversas partes da Oxfam Internacional e da Confederação.
- Aumente a participação de África para informar os processos da Oxfam Internacional.
- Contribua eficazmente para as campanhas globais da Oxfam.
- Estabeleça relações impactantes e mutuamente benéficas com as afiliadas.
- Esteja determinada a forjar novas parcerias com organizações africanas e a ocupar o seu lugar de direito como uma ONGI.

Para alcançar esta ambição, a OiA deverá identificar estrategicamente as posições de vantagem entre as suas diversas entidades – como a posição da Oxfam África do Sul no BRICS e no G20, e a posição do Cluster da África Austral na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) – e utilizá-las para maximizar os benefícios dos programas. Para uma maior clareza operacional, será elaborada uma matriz de responsabilidades, que será revista regularmente como parte do plano operacional anual ou de estratégias/planos específicos de campanhas.

## Sistemas e processos

A Oxfam tem vindo a evoluir e reformar a sua abordagem de programação, mas os sistemas empresariais não acompanharam este ritmo. A atual iniciativa de Transformação dos Sistemas Empresariais (*Transforming Business System, TBS*) é fundamental para o funcionamento eficiente da OiA e de toda a Confederação. A OiA apoiará a transformação dos sistemas empresariais em toda a Oxfam, visando a excelência operacional e sistemas e parcerias feministas e descolonizados, permitindo um maior impacto externo. Partilharemos as nossas experiências e lições aprendidas no trabalho com os sistemas empresariais atuais, analisaremos as implicações dos sistemas existentes face à nova estrutura da OiA e apresentaremos recomendações à Confederação Oxfam.

## Pessoas da Oxfam

A Oxfam compromete-se a cuidar das suas pessoas e a manter uma cultura antirracista, descolonial e feminista, respeitando e capacitando os indivíduos, promovendo a liderança feminista e maximizando o impacto partilhado. A OiA estará atenta ao compromisso da organização em reformular as suas formas de trabalho, transferindo poder para o Sul Global, descolonizando os seus processos de recursos humanos e promovendo a liderança do Sul. A OiA compromete-se a manter conversas honestas com a equipa sobre o compromisso da organização e a partilhar *feedback* com a Confederação Oxfam. Dada a maior ambição delineada na estratégia, a OiA considerará realizar uma auditoria de competências para garantir o alinhamento com esta ambição, particularmente nas questões transversais, permitindo-lhe desempenhar o papel de liderança que deseja.

## Captação de recursos

A OiA investirá em capacidades e abordagens de angariação de fundos para garantir financiamento adequado e plurianual para os seus programas. A diversidade e a natureza multifacetada dos programas nesta estratégia exigem uma variedade de fontes de financiamento, sendo prioritária uma mapeação abrangente de doadores em toda a África no início da implementação. O crescente número de fundações filantrópicas em África representa uma oportunidade que a OiA pretende explorar, podendo algumas destas iniciativas ser lideradas por organizações locais, incluindo as filiais africanas. Embora esta questão esteja alinhada com os valores da Oxfam em relação à liderança local, à descolonização e aos princípios feministas, a transformação dos sistemas e procedimentos de financiamento exigirá um esforço concertado. A atual iniciativa da Plataforma de Parcerias da Oxfam é uma excelente oportunidade que a OiA utilizará para impulsionar esta transformação.

## Estratégia de campanha

A OiA comprometeu-se a adotar uma abordagem descolonizada, assegurando que, como equipa dedicada à África, composta por diversas entidades, utilizamos da melhor forma as nossas capacidades, posições de vantagem e ligações globais. Agiremos de forma deliberada para garantir que as nossas ações estejam alinhadas com estes compromissos. Desta forma, comprometemo-nos a desenvolver uma estratégia de campanha abrangente que identifique os nossos compromissos ao nível global, as nossas ambições na estratégia da OiA, as capacidades da nossa equipa e as parcerias e os recursos necessários para implementar a mudança que desejamos ver. Asseguraremos um mapeamento claro da liderança da campanha em relação às diversas atividades e metas, garantindo o funcionamento eficiente e eficaz da equipa dedicada à África e a apresentação de uma voz unificada em todo o continente.



Djelika é agricultora em Bana, Mali. Antes do início do projeto, o terreno que explorava encontrava-se completamente árido e desprovido de qualquer vegetação. O projeto Regreening Africa visa reverter a degradação da terra, incentivando os pequenos agricultores a cultivar árvores nas suas quintas e a revitalizar as já existentes. *Crédito: Diafara Traoré/Oxfam*



**9.0**

**GESTÃO DE RISCOS**



Os principais riscos associados à implementação da estratégia da OiA incluem restrições financeiras, uma vez que os objetivos ambiciosos em múltiplos pilares exigem um apoio financeiro consistente. A dependência significativa de financiamento externo representa um desafio, especialmente se as prioridades dos doadores mudarem ou se o acesso a fontes diversificadas de financiamento permanecer limitado. Alterações nas prioridades dos doadores, particularmente face a mudanças nos cenários políticos e económicos e ao surgimento de governos de direita em países tradicionalmente doadores, poderão reduzir a importância de questões como a justiça de género ou a justiça climática. Além disso, a instabilidade política e os conflitos, especialmente em regiões como o Sahel, África Central e o Corno de África, apresentam riscos significativos para a implementação dos programas. A governação fraca, a corrupção e a redução do espaço cívico em vários países africanos poderão também minar os esforços de advocacia. Finalmente, a OiA enfrenta o risco interno de não conseguir atrair e reter pessoal competente para impulsionar a sua estratégia.

Para mitigar estes riscos, a OiA seguirá a metodologia descrita no documento Processo de Revisão de CSA (*CSA Review Process*) 2024 (e eventuais documentos subsequentes), que adota uma abordagem estruturada à identificação, avaliação e gestão de riscos. Esta abordagem utiliza um quadro de Autoavaliação de Controlo (*Control Self-Assessment, CSA*), promovendo a avaliação contínua da exposição ao risco e da eficácia dos controlos. O processo de CSA atribui a responsabilidade pela identificação e mitigação de riscos aos pilares técnicos e departamentos de serviço, como Operações, Recursos Humanos, Comunicações e Eficácia de Programas. Além disso, enfatiza a integração do CSA com ferramentas existentes, como as reuniões de revisão de gestão da qualidade (*Quality Management Review, QMR*) para países, agrupamentos e regiões, que visam simplificar processos, assegurar a devida documentação e melhorar a conectividade entre os sistemas de gestão de riscos.



Caroline Nyirenda, profissional de saúde da Clínica Chawama, ensina a comunidade marginalizada durante o surto de cólera em Lusaka, Zâmbia, a usar as saquetas de Solução de Rehidratação Oral, em 12 de janeiro de 2024. Crédito: Loliwe Phiri / Oxfam

# CONCLUSÃO

Orientada pelos princípios do *Ubuntu*, a Estratégia da Oxfam em África 2025–2030 visa abordar as causas na raiz das desigualdades, com o objetivo de contribuir para o surgimento de uma África mais justa.

O nosso plano foi elaborado para a ação e visa dismantelar os desequilíbrios de poder que alimentam a injustiça. Reconhecemos que, nos próximos seis anos, as necessidades de África evoluirão. Para garantir que a nossa estratégia se mantém relevante e eficaz, adaptámo-la, assegurando a coerência com os resultados que desejamos. Colaboraremos de forma estreita com as comunidades locais, aprimorando a nossa abordagem para torná-la robusta e eficaz.

O nosso compromisso renovado é contribuir ativamente para uma África sem desigualdades. Pretendemos sustentar esforços nas áreas da justiça de género, ação climática, ação humanitária, governação responsável e inclusiva, bem como da justiça económica. Daremos prioridade à transparência, equidade e envolvimento comunitário, amplificando as vozes dos sub-representados.

Estamos entusiasmados com o que o futuro nos reserva, bem como inspirados pelo potencial de África e pela energia das suas populações. Apesar dos desafios, mantemos uma visão otimista na criação de mudanças duradouras e dedicamo-nos ao surgimento de um continente onde prevalecem a prosperidade e a justiça.

Unidos em todas as entidades que compõem a OiA, com o amplo apoio da Confederação, encaramos este desafio não apenas como uma série de objetivos, mas como uma mudança rumo a uma África mais equitativa. A nossa estratégia representa um compromisso em transformar a narrativa africana, confiantes de que dispomos das ferramentas, pessoas e aliados certos para erradicar as desigualdades.



Asha Vicky é uma refugiada sul-sudanesa que vive no campo de Imvepi, no norte do Uganda. Vicky, mãe solteira de dois filhos, talvez seja a mãe mais forte do mundo. Vicky consegue trabalhar no campo às 6:00 da manhã, antes de ir ao mercado vender especiarias. Ainda consegue ter energia para brincar com os filhos, bem como motivação para seguir em frente e expandir o seu pequeno negócio.  
*Crédito: Hans Bach / Oxfam*

# NOTAS

- <sup>1</sup> Oxfam (2022). [The Commitment to Reducing Inequality Index: Africa Briefing](#).
- <sup>2</sup> Franz Fanon (1961). Les Damnés de la Terre. Éditions Maspéro
- <sup>3</sup> Statista. <https://www.statista.com/statistics/265759/world-population-by-age-and-region/>
- <sup>4</sup> Oxfam (2022). [The Commitment to Reducing Inequality Index: Africa Briefing](#).
- <sup>5</sup> African Union. Agenda 2063, Popular version, May 2016 edition.
- <sup>6</sup> Oxfam in Africa will develop a strong relationship with the North Africa Cluster, even though it is formally a part of the Middle East and North Africa (MENA) region.
- <sup>7</sup> At the time of drafting this strategy, affiliation processes are ongoing for Kenya and Senegal.
- <sup>8</sup> Subsidiarity implies that decisions should be made as closely as possible to the implementation level, with the management line stepping in only when issues cannot be resolved at a more local level.
- <sup>9</sup> Statista Research Department (2024, March 22). [Forecast of the total population of Africa 2020-2050](#).
- <sup>10</sup> UNDP (2020). [AFRICA'S PROMISE: The UNDP Renewed Strategic Offer In Africa](#).

- <sup>2</sup> Oxfam (2022). [The Commitment to Reducing Inequality Index: Africa Briefing](#).
- <sup>3</sup> Franz Fanon (1961). Les Damnés de la Terre. Éditions Maspéro
- <sup>4</sup> Statista. <https://www.statista.com/statistics/265759/world-population-by-age-and-region/>
- <sup>5</sup> Oxfam (2022). [The Commitment to Reducing Inequality Index: Africa Briefing](#).
- <sup>6</sup> União Africana. Agenda 2063, versão popular, edição de maio de 2016.
- <sup>7</sup> A Oxfam em África desenvolverá uma relação forte com o Cluster do Norte de África, embora faça formalmente parte da região do Oriente Médio e Norte da África (MENA).
- <sup>8</sup> Quando a versão preliminar desta estratégia foi redigida, estavam em curso os processos de filiação do Quênia e do Senegal.
- <sup>9</sup> A subsidiariedade implica que as decisões devem ser tomadas o mais próximo possível do nível de implementação e que a linha de gestão deve apenas intervir quando os problemas não podem ser resolvidos a um nível mais local.
- <sup>10</sup> Statista Research Department (22 de março de 2024). [Forecast of the total population of Africa 2020-2050](#).
- <sup>11</sup> PNUD (2020). [AFRICA'S PROMISE: The UNDP Renewed Strategic Offer In Africa](#).
- <sup>12</sup> Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas, Divisão da População (2019). [World Population Prospects 2019](#).
- <sup>13</sup> J. Baier and H. Kristofer (2018). Africa: The Last Frontier for Eradicating Extreme Poverty. Future Development.
- <sup>14</sup> UNECA. [Economic Report on Africa 2021](#).
- <sup>15</sup> OIT (2018). [Women and Men in the Informal Economy: A Statistical Picture. Third Edition](#).
- <sup>16</sup> UNCTAD. [Economic Development in Africa Report 2022](#).
- <sup>17</sup> Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento (2021). [Raising Africa's Agriculture Activity](#).
- <sup>18</sup> Ibidem.
- <sup>19</sup> Cornelli et al. (2023). How to avoid a Debt Crisis in Sub-Saharan Africa. FMI.
- <sup>20</sup> Civicus Monitor (2022). [People Power Under Attack](#). <https://civicusmonitor.contentfiles.net/media/documents/GlobalFindings2022.pdf>
- <sup>21</sup> Afrobarometer (19 de janeiro de 2023). Africans want more democracy, but their leaders still aren't listening. <https://www.afrobarometer.org/publication/pp85-africans-want-more-democracy-but-their-leaders-still-arent-listening/>
- <sup>22</sup> União Africana e Organização Internacional para as Migrações (2019). [Africa Migration Report: Challenging the Narrative](#).
- <sup>23</sup> Machnet (2023). [Remittance Trends in Africa](#).
- <sup>24</sup> <https://www.gsma.com/mobileeconomy/wp-content/uploads/2023/10/20231017-GSMA-Mobile-Economy-Sub-Saharan-Africa-report.pdf> (accessed 13 March 2024)

<sup>25</sup> Escritório do Alto Representante da ONU para os Países Menos Desenvolvidos, Países em Desenvolvimento Sem Litoral e Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento. Young People's Potential, the Key to Africa's Sustainable Development. <https://www.un.org/ohrls/news/young-people%E2%80%99s-potential-key-africa%E2%80%99s-sustainable-development> (consultado em 13 de março de 2024)

<sup>26</sup> The Economist Intelligence Unit. Measuring the prevalence of online violence against women. <https://onlineviolencewomen.eiu.com/> (consultado em 18 de março de 2024)

<sup>27</sup> World Development Indicators. <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators> (consultado em 18 de março de 2024)

<sup>28</sup> Ibidem.

<sup>29</sup> Food Security Information Network and the Global Network Against Food Crises (2020). 2020 [Global Report on Food Crises](#).

<sup>30</sup> J. M. Powell e C. L. Thyne (2011). Global instances of coups from 1950 to 2010: A new dataset. <https://www.uky.edu/~clthyn2/powell-thyne-JPR-2011.pdf> (consultado em 19 de março de 2024)

<sup>31</sup> Government Spending Watch. <https://www.governmentspendingwatch.net/> (dados consultados em 2022)

<sup>32</sup> [SIPRI Military Expenditure Database](#) (dados consultados em 2022)

<sup>33</sup> FAO/CUA/CEA/PMA (2023). [Africa Regional Overview of Food Security and Nutrition](#) – Statistics and Trends 2023.

<sup>34</sup> GPE (2019). [Girls' Rights to Education: African Traditional and Religious Leaders Commit to Changing Mindsets](#).

<sup>35</sup> F. M'Cormack-Hale, J. Patel and N. Ndiaye Diouf (21 de novembro de 2023). Combating gender-based violence tops Africa's agenda for women's rights. Afrobarometer Dispatch No. 736. <https://www.afrobarometer.org/wp-content/uploads/2023/11/AD736-PAP4-Combating-gender-based-violence-tops-Africas-agenda-for-womens-rights-Afrobarometer-18nov23.pdf> (consultado em 27 de março de 2024)

<sup>36</sup> O termo "Mundo da Maioria" (Majority World, no original), criado por Shahidul Alam, fotojornalista, ativista e escritor do Bangladesh, chama a atenção para o desequilíbrio entre as nações densamente povoadas e economicamente menos desenvolvidas e a poderosa minoria dos "países desenvolvidos". Embora seja frequentemente usado como sinónimo de "Sul Global", o seu valor assenta em desafiar a narrativa centrada no Norte Global e no reconhecimento e apreciação dos ativos únicos do Mundo da Maioria, particularmente nos espaços multilaterais.

<sup>37</sup> A OiA dará prioridade ao envolvimento com as oito CER reconhecidas pela UA: União do Magrebe Árabe (UMA) (através do Cluster do Norte de África), Mercado Comum da África Oriental e Meridional (COMESA), Comunidade dos Estados do Sahel-Saara (CEN-SAD), Comunidade da África Oriental (EAC), Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) e Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Também serão cultivadas relações com outras CER, dependendo da necessidade estratégica.

<sup>38</sup> União Africana (2023). Summary of the African Leaders Nairobi Declaration on Climate Change and Call to Action. The Africa Climate Summit 4th-6th September 2023 Nairobi, Quênia. [https://au.int/sites/default/files/documents/43682-doc-AU\\_Nairobi\\_Declaration\\_Action\\_1.pdf](https://au.int/sites/default/files/documents/43682-doc-AU_Nairobi_Declaration_Action_1.pdf)

<sup>39</sup> IASC. The Grand Bargain (Site oficial). <https://interagencystandingcommittee.org/grand-bargain>

<sup>40</sup> Charter4Change. Localisation of Humanitarian Aid. <https://charter4change.org/>

<sup>41</sup> Pledge for Change. <https://pledgeforchange2030.org/>



OXFAM